



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras**

CHARLESTON DE CARVALHO CHAVES

**“Os valores das conjunções
e suas aplicabilidades no discurso”**

**Rio de Janeiro
2008**

Charleston de Carvalho Chaves

“Os valores das conjunções e suas aplicabilidades no discurso”

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques

Rio de Janeiro
2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

C512 Chaves, Charleston de Carvalho.
Os valores das conjunções e suas aplicabilidades no discurso /
Charleston de Carvalho Chaves. – 2008.
132 f.

Orientador: Cláudio Cezar Henriques.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa – Conjunções – Teses. 2. Língua portuguesa
– Normatização – Teses. I. Henriques, Cláudio Cezar. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III.
Título.

CDU 806.90-55

Autorizo, apenas para fins Acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese.

(Assinatura)

(Data)

Charleston de Carvalho Chaves

“Os valores das conjunções e suas aplicabilidades no discurso”

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovado em: 27/03/2008

Banca examinadora:

Prof. Dr. Cláudio Cezar Henriques (Orientador)
Instituto de Letras da UERJ

Prof. Dr. André Crim Valente
Instituto de Letras da UERJ

Prof^a Dr^a Regina Souza Gomes
Faculdade de Letras da UFRJ

Rio de Janeiro
2008

AGRADECIMENTOS

Ao professor Claudio Cezar Henriques pelas valiosas observações e pelos direcionamentos;

Ao professor Helênio por tornar cada vez mais claras as aplicabilidades da língua;

Ao professor José Carlos Azeredo, que possibilitou uma visão sobre análises semântica ainda mais ampla com seu curso;

Aos demais professores que direta ou indiretamente foram fomentadores de pensamentos bastante promissores para o estudo da língua;

À minha família.

RESUMO

CHAVES, Charleston de Carvalho. *Os valores das conjunções e suas aplicabilidades no discurso*. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Devido a uma abordagem superficial feita na maior parte das gramáticas normativas de língua portuguesa no Brasil, a análise de conectivos, infelizmente, fica restrita muitas vezes a uma listagem de diversas conjunções / locuções conjuntivas e, portanto, minimiza-se um rico estudo idiomático, tão necessário à compreensão dos elementos que compõem os discursos, pois há neles uma quantidade considerável de funções importantes a serem avaliadas. É visível que, além das dificuldades inerentes à compreensão dos aspectos idiomáticos, o leitor não possui, em muitas oportunidades, conhecimento de mundo suficiente para compreendê-los. O que problematiza consideravelmente também a percepção de um conteúdo textual é o não reconhecimento dos valores possíveis dos conectivos. Parece que esses valores são imutáveis e que bastaria memorizar certas conjunções para sabê-los. Entretanto, o reconhecimento gramatical desse componente mostra-se importante na constituição e entendimento dos enunciados discursivos bem como nas funções de ordem morfológica e sintática. O que se pretenderá alcançar neste trabalho é justamente ampliar as dimensões de emprego e valores possíveis desses conectores, e propiciar assim uma visão macro desse tão importante recurso gramatical. Dessa forma, procurar-se-á ampliar o estudo dos conectivos, não só com os valores possíveis vinculados ao contexto em que estão inseridos, como também com os mecanismos textuais propiciados por eles, ou seja, um estudo funcional das conjunções/locuções conjuntivas.

Palavras - chaves: conjunções, semântica, funcionalismo, discurso.

ABSTRACT

Due to a superficial approach done in most of the prescriptive grammars of Portuguese language in Brazil, the analysis of connectives, unfortunately, is very often limited to a listing of several conjunctions / subjunctive phrases and, so, rich idiomatic, so necessary study is minimized to the understanding of the elements that compose the speeches, since there is in them a considerable quantity of important functions to be valued. It is visible that, besides the difficulties inherent in the understanding of the idiomatic aspects, the reader it has not, in many opportunities, knowledge of sufficient world to understand them. What do it worst considerably also the perception of a textual content is it not recognition of the possible values of the connectives. It seems that these values are inalterable and that it would be enough to memorize certain conjunctions to know them. Meantime, the grammatical recognition of this component appears important in the constitution and understanding of expressed discursive as well as in the functions of morphological and syntactic order. What to intend to reach in this work is just to enlarge the dimensions of use and possible values of these connectors, and to favor so a vision macro of this so important grammatical resource. This way, is tried to enlarge the study of the connectives, not only with the possible values linked to the context in which they are inserted, but also with the textual mechanisms favored by them, in other words, a functional study of the subjunctive conjunctions / phrases

Keywords: conjunctions, semantic, functionalism, speech

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO.....	9
2- EMBASAMENTO TEÓRICO: FUNCIONALISMO.....	13
2.1 - APRESENTAÇÃO.....	13
2.2 - HALLIDAY - Lingüística Sistemica - Funcional.....	14
2.3 - GIVÓN - Funcionalismo Norte - Americano.....	18
2.4 - O funcionalismo no estudo das conjunções.....	21
3- O VALOR DE ADIÇÃO EM CONTRASTE COM OUTROS SENTIDOS.....	25
3.1 - As várias funções da conjunção E.....	25
3.2 - O conectivo <i>como</i>	31
3.3 - <i>Nem / nem versus ou/ou</i>	33
3.4 - O valor aditivo na correlação NÃO SÓ/MAS TAMBÉM.....	35
4- ADVERSATIVAS E CONCESSIVAS: O VALOR DE OPOSIÇÃO.....	42
4.1 - <i>Mas</i>	42
4.2 - <i>Ainda que / mesmo que / apesar de que</i>	48
4.3 - <i>Todavia</i>	54
4.4 - <i>Porém</i>	56
5- A RELAÇÃO CAUSA - EFEITO.....	64
6-CONCLUSIVAS E CONSECUTIVAS: APROXIMAÇÕES E CONTRASTES.....	68
7- CONJUNÇÃO INTEGRANTE: UM CASO À PARTE.....	71
7.1-Perspectiva semântica.....	81
7.2-Diferenças funcionais entre conjunção integrante e pronome relativo.....	83

7.3-Conjunção integrante <i>versus</i> pronome e advérbio interrogativos.....	85
8- OS MODOS VERBAIS E OS EMPREGOS DOS CONECTIVOS.....	89
8.1 - As categorias de modo e as conjunções: empregos e valores.....	90
8.2 - Valores conjuncionais: as relações com os verbos.....	92
9- AS FERRAMENTAS PARA COMPREENSÃO DE UM TEXTO.....	99
9.1 - Abordagem teórica: gramática textual.....	102
9.2 - Os conectivos e as estratégias argumentativas.....	105
9.3 - Os conectivos e as funções textuais.....	111
9.3.1 - Conjunções / locuções conjuntivas.....	112
9.3.2 - Preposições e locuções prepositivas.....	114
10- CONJUNÇÃO OU ADVÉRBIO: REPENSANDO A COORDENAÇÃO.....	118
11- CONCLUSÃO.....	125
12- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	129

1

INTRODUÇÃO

As conjunções são elementos gramaticais que possuem o objetivo de unir elementos ou orações. Sobre tal função Bechara (2001:319) comenta:

“**Conector e Transpositor** - A língua possui unidades que têm por missão reunir orações num mesmo enunciado.

Estas unidades são tradicionalmente chamadas conjunções, que se repartem em dois tipos: *coordenadas e subordinadas*.

Mesmo sabendo que se reconheça ser possível haver coerência sem coesão – e realmente é possível – certamente a presença de conjunções possibilita uma maior compreensão do que se veicula no discurso. É possível avaliar que em diversas frases o uso adequado do conectivo propicia uma maior veiculação de sentido e evita dubiedades.

- (A) Falou tanto, / ficou rouca.
- (B) Falou tanto / que ficou rouca.
- (C) Falou tanto; / portanto, ficou rouca.

Em (A) a noção semântica pousa sobre duas possibilidades: consecutiva e conclusiva. Somente em (B) e (C) há a certeza do sentido pela presença dos conectivos. Embora seja sabido que os dois valores (conseqüência e conclusão) sejam muito próximos, os conectivos veiculam com mais segurança o que se pretende no discurso. Isso é uma demonstração de que o conectivo não é um mero elo sintático, mas um veiculador de significado. Além disso, é possível perceber que os valores são contextuais, ou seja, modificáveis por conta das escolhas em um enunciado que servirão a propósitos diferentes dependendo da seleção desses conectores. Importante, então, ressaltar que o valor da conjunção pode ser alterado / construído no discurso, pelo discurso.

Mais do que isso um outro propósito deste trabalho é avaliar as conjunções / locuções conjuntivas de uma forma mais ampla por observar uma lacuna reconhecida em diversos estudos gramaticais que muitas vezes se limitam a apresentar uma listagem desses conectivos com valores

a eles atrelados, como se não lhes fosse possível assumir nos discursos outras possibilidades semânticas. Assim um estudo baseado no *Funcionalismo* – que visa à análise contextual, semântica, sem, no entanto, descartar as implicações sintáticas – é o propósito principal deste trabalho, em que fenômenos como *gramaticalização* não serão deixados de lado, bem como as análises peculiares dos empregos de diversos conectivos.

Nesse sentido, uma abordagem semântica das conjunções/locuções conjuntivas não pode deixar de tornar relevantes os aspectos de ordem sintática e morfológica e deve tornar mais amplo o espaço para avaliar essas poderosas ferramentas do discursos.

Outra discussão pertinente é sobre a viabilidade de classificação de certos itens gramaticais como advérbios ou conjunções. Adotar-se-á como critério, neste trabalho, a probabilidade de reconhecer se o item funciona como conectivo – e neste caso poderá ser chamado de conjunção – ainda que se reconheça que haja conjunções prototípicas, ou seja, já claramente gramaticalizadas e que exercem esse papel. Desse modo, serão reconhecidos itens que estão em processo de *gramaticalização* (perspectiva funcionalista no estudo da língua), mas que nem por isso serão ainda chamados de advérbios (salvo em situações em que não estejam funcionando como

conectores), mesmo que ainda haja mobilidade sintática para os itens avaliados. Por esses motivos, outro objetivo é dar coerência às análises e maior abrangência aos aspectos pesquisados, sem entretanto deixar de mencionar as vozes de pesquisadores que também se debruçaram sobre o problema.

2

EMBASAMENTO TEÓRICO: FUNCIONALISMO

FUNCIONALISMO: HALLIDAY E GIVÓN - APROXIMAÇÕES E CONTRASTES

2.1 - APRESENTAÇÃO

Analisar os fenômenos lingüísticos sob um prisma funcional é um modo mais flexível de reconhecer uma série de aspectos importantes, entretanto analisar o discurso reconhecendo também que há algo de formal na língua é uma maneira mais moderada de enxergar tais aspectos.

O funcionalismo possui uma série de correntes e, embora, sejam parte dessa mesma perspectiva lingüística, nem todos vêem os fenômenos da língua da mesma forma. Entretanto, um fator é comum a essas correntes: uma visão diferente do formalismo. O que é interessante é que nem todas essas correntes são extremistas, muitas são moderadas em relação ao reconhecimento de um sistema formal na língua.

Grandes teóricos destacam-se no funcionalismo, dentre eles o inglês Michael A.K. Halliday com sua *lingüística sistêmica - funcional* e Talmy Givón, representante da *lingüística funcional norte-americana*.

Esses autores possuem aproximações na maneira de ver os fatos da língua, mas também contrastes. Então, observar tais aspectos é importante para compreender o funcionalismo.

2.2 - HALLIDAY - Lingüística Sistêmica - Funcional

O modelo funcionalista de Halliday foi sendo aperfeiçoado com o passar do tempo desde 1961 com o início das abordagens da teoria *sistêmico-funcional*, depois houve a ampliação, levando em consideração uma *base paradigmática* em 1966 e posteriormente solidificada com a teoria das *metafunções* - 1967-1968 e 1973 (NEVES: 2004:59).

Para Halliday, em seu modelo funcionalista, o sistema é constituído como *escolha*, ou seja, a gramática é representada por uma série de sistemas (estruturas sistêmicas), em que cada uma dessas estruturas representa as escolhas promovidas (HALLIDAY: 1967: 37 *apud* NEVES:

2004: 59)

Como esse teórico inglês diz que a noção de paradigma é importante para analisar os fatos da língua, isso implica dizer, então, que é a noção de *escolha* que realmente está em jogo, uma vez que para o modelo funcionalista é nas relações paradigmáticas que se encontra o principal foco de estudo, pois representa o nível abstrato. No entanto, essa escolha que produz/representa significado não precisa ser necessariamente consciente, embora o indivíduo esteja influenciado pela contexto em que está inserido.

Essa corrente teórica vê a língua sob duas possibilidades: a cadeia (o sintagma) e a escolha (o paradigma). A cadeia sintagmática é o plano das realizações lingüísticas, já a paradigmática seria a principal, pois representa o nível mais profundo da linguagem - materializado na escolha (cf. FURTADO DA CUNHA & SOUZA: 2007:20).

O funcionalismo de Halliday preocupa-se em “ compreender e descrever a linguagem em funcionamento como um sistema de comunicação humana e não como um conjunto de regras gerais, desvinculadas de seu contexto de uso.” (FURTADO DA CUNHA E SOUZA: 2007: 19-20). Isso demonstra que Halliday não descarta a noção de sistema, nem de regras, mas vincula

esses elementos primordialmente ao uso.

Por isso não se pode dizer que Halliday desconsidera completamente o aspecto sistêmico - muito pelo contrário. O autor considera a necessidade de cláusulas para a existência do discurso, o que não deixa de ser um reconhecimento de algo de formal na língua, mas privilegia que esse e outros aspectos são modificados pelo uso, pela interação social, em que o indivíduo está influenciado por necessidades pragmático- discursivas.

Neves (2004: 56), citando Van Valin (1990) afirma que Halliday pertence a um funcionalismo mais moderado:

“Moderado” também Van Valin considera o funcionalismo de Dick, bem como o de Halliday e o seu próprio: é o que reconhecendo a inadequação de um formalismo e de um estruturalismo estritos, propõe alternativas funcionalistas para a análise; essa corrente enfatiza a importância da semântica e da pragmática para a análise da estrutura lingüística , mas, admitindo que a noção de estrutura é central para o entendimento das línguas naturais,...

Em “ As bases funcionais da linguagem” (HALLIDAY in DASCAL: 1978: 125), o autor menciona que essas bases funcionais seriam as funções que a mesma adquire. Um dos questionamentos levantados pelo teórico funcionalista é que “está o funcionamento social da língua refletido na estrutura lingüística - ou seja, na organização interna da língua como sistema?” (HALLIDAY in DASCAL: 1978:126).

Ele acredita que sim, que o funcionamento social está refletido na língua como sistema - visão de Malinowski - um dos que inspirou Halliday em sua teoria funcionalista, já que aprender uma língua materna seria adquirir os usos da língua - os significados. Então, Halliday não nega plenamente a composição frasal (existência de cláusulas), entretanto considera que isso só é possível mediante o uso da língua - sendo o uso que possibilitaria a existência das estruturas lingüísticas.

Neves (2004: 59) também comenta o modelo sistêmico - funcional: “Do modelo sistêmico-funcional se pode dizer que ele se enquadra numa gramática sistêmica que se interpreta metafuncionalmente. Como diz Beaugrande (1993, cap. I, p. 20), já que toda a lingüística é, afinal, sistêmica, trata-se de uma “lingüística funcional - sistêmica...”

Além disso, é interessante saber também que essa visão das *metafunções* na teoria de Halliday baseia-se no processo *ideacional* (compreensão do ambiente) e no *interpessoal* (influência sobre os outros) - associa-se a esses o componente básico que é o textual. O elemento que mais interessa é, portanto, o funcionamento do texto, sabendo que os itens são multifuncionais.

2.3 - GIVÓN - Funcionalismo Norte - Americano

O funcionalismo de Talmy Givón e de outros funcionalistas norte-americanos a partir da década de 1970 teve grande repercussão, só que, nessa primeira instância, beirou ao radicalismo. Neves (2004 : 56) considera que Givón¹ fazia parte inicialmente a uma visão funcional extremada; Isso se deve à medida que negava a noção de estrutura formal por completo e baseando somente no uso, aspecto a que a sintaxe estaria completamente subordinada.

¹ A obra abordada é “On Understanding Grammar” (1979), que afirmava que a gramática poderia ser reduzida ao discurso .

Martelotta (2003: 23- 24) afirma que

O termo funcionalismo ganhou força nos Estados Unidos a partir da década de 1970 (...). De acordo com essa concepção, a sintaxe é uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso. Ou seja, a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva.

Por outro lado, Neves (2004: 57) diz que Givón reviu seus posicionamentos e preferiu também adotar uma postura mais moderada: “Mais moderada é também a proposta das obras mais recentes de Givon (1984; 1990; 1993) que, enquanto procede a investigações de base funcionalista, como, por exemplo, o exame dos aspectos icônicos da gramática, acentua a natureza abstrata e formal sintática.”

O teórico americano não descarta mais a existência de um certo aspecto formal da estrutura sintática, ainda que vinculada ao uso que se faz da língua no discurso. E isso é uma evolução, haja vista ser possível analisar funcionalmente uma língua, mas reconhecendo que certas estruturas formais - elementos da ordem da sintaxe - são encontradas na língua como um critério básico, como a relação sujeito / predicado, relação substantivo / verbo, entre outros fatores.

Uma das grandes investigações de Givón para o funcionalismo é a Iconicidade. Para ele uma língua deve ser avaliada também iconicamente, ou seja, de forma não-arbitrária, uma vez que está pautada no uso, e o signo é motivado por esse uso. Pode-se concluir que essa maneira de ver o signo não deve ser extremista.

Segundo Martelotta (2003:25) citando Ullmann (1977), comenta-se que para criar novos rótulos o falante,

não inventa arbitrariamente seqüências novas de sons, mas tende fortemente a utilizar material já existente na língua, estendendo o sentido de palavras, no que Ullmann (1977) chama motivação semântica (“pé da mesa”, “coração da cidade”), ou criando palavras novas, pelo processo de derivação (“apagador”, “leiteiro”) ou composição (“aguardente”, “para- quedas”), utilizando um mecanismo que Ullmann (1977) chama de motivação morfológica. (...)

Para Givón a estrutura é não-arbitrária, motivada, icônica; além disso a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas em que mudança e variação estão sempre presentes. Parte-

se, dessa forma, de que o princípio básico é a análise de sentido contextual, sobretudo levando em consideração que a linguagem é uma atividade sociocultural, sendo a gramática um sistema flexível, fortemente suscetível à mudança.

2.4 - O Funcionalismo no estudo das conjunções

Embora Givón, na evolução de suas análises funcionalistas, já tenha, de certa forma, reconhecido a existência de um caráter formal na língua, suas análises pressupõem uma subordinação da sintaxe aos critérios necessariamente do discurso, isto é, os aspectos sintáticos só existem por conta das necessidades estritamente discursivas. Prefere afirmar que as cláusulas também não acontecem arbitrariamente, mas seguindo a ordem em que os fatos se sucederam e considera isso também como caráter icônico.

Já Halliday vê a língua ainda baseada num sistema - haja vista sua teoria ser sistêmico-funcional. Ele reconhece muito mais o caráter formal e estrutural em que os enunciados são construídos, mas funcionalmente reconhece que o uso possibilita novos modos de observar os fatores da língua.

Ambos os autores, obviamente, por serem funcionalistas, privilegiam os aspectos contextuais do uso da língua, bem como as pressões oriundas das funções pragmático-discursivas, o que comprovaria, segundo eles, o caráter evolutivo das línguas.

O precípuo objetivo desta monografia é valorizar o reconhecimento dos diversos valores das conjunções e locuções conjuntivas, mas em várias passagens observar-se-á uma série de aspectos formais que não podem ser ignorados e que serão responsáveis justamente pela variabilidade semântica desses itens gramaticais.

Como a língua é flexível em seus quadros evolutivos e representa as pressões pragmático-discursivas por que a mesma passa, o estudo das conjunções não pode prescindir de tal arcabouço teórico. Ainda mais quando se reconhece que a maioria das conjunções e locuções conjuntivas existentes hoje na língua portuguesa é oriunda de outras classes gramaticais, sobretudo advérbios, comprovando o fenômeno da *gramaticalização*.

Deve-se colocar em pauta que um estudo calcado no processo funcional é aquele que privilegia uma flexibilidade maior na análise dos aspectos gramaticais, bem como o reconhecimento de que o estudo idiomático se propõe a promover com maior competência a

interação comunicativa entre os indivíduos. Por isso, por serem os fatos da língua modificáveis constantemente, o olhar que deve pousar sobre ela não pode ser estático na busca das análises gramaticais, mas antes disso esperar outras possibilidades.

À luz do funcionalismo, o que se pode esperar é um vínculo bastante estreito entre sintaxe e semântica. Um enunciado é constituído por conta de uma necessidade semântica: o objetivo é veicular uma idéia, embora não se devam descartar aspectos sintáticos na composição dos enunciados.

Note-se que a linguagem é uma atividade sociocultural, servindo a funções cognitivas e comunicativas (GIVON: 1995 *apud* MARTELOTTA:2003). Isso significa dizer que todo enunciado se presta a uma necessidade comunicativa incrustada numa representação social e por consequência cultural e o uso de certas conjunções na construção de sentido só reforça esse aspecto. Observar as funções que elas exercem tanto sintática como semanticamente é fator imprescindível para perceber que o uso de elementos lexicais não é feito de forma gratuita, mas como um propósito comunicativo na construção de sentido. Utilizar uma concessiva em vez de uma adversativa, por exemplo, não é à toa, presta-se a objetivos discursivos muito mais amplos

do que a um mero uso por conta da utilização de uma conjunção (ou locução conjuntiva) em detrimento à outra.

Entender como podem operar as conjunções e locuções conjuntivas nos mais variados contextos é tarefa premente para se obter uma análise que valoriza o funcionamento do idioma e não apenas seu prescritivismo. Dessa forma, o Funcionalismo contribui e muito para o estudo desses conectivos.

3

O VALOR DE ADIÇÃO EM CONTRASTE COM OUTROS SENTIDOS

As conjunções coordenativas merecem atenção especial no que se refere ao seu funcionamento, afinal de contas, além das aplicabilidades do ponto de vista sintático, os processos classificatórios são possíveis em relação à semântica, portanto, mutáveis dependendo dos contextos em que os conectivos estão inseridos, sendo assim material rico no estudo funcionalista.

3.1 - As várias funções da conjunção E

Os estudos gramaticais nas salas de aula no Brasil nem sempre dão o devido destaque aos valores semânticos. Além disso, no que se refere às conjunções, quando o estudo está pautado no sentido, muitas vezes prefere-se recorrer à listagem das conjunções apresentadas nas gramáticas normativas com seus respectivos valores apresentados, como se as mais diferentes situações em que esses conectivos estão inseridos não fossem importantes para classificar seu valor.

Um exemplo claro da necessidade de se fornecer um maior destaque aos valores

significativos é o estudo do conectivo E. Além do valor aditivo, possível do ponto de vista semântico e também sintático, percebe-se que tal conector pode contribuir para que a sentença expresse mais do que apenas uma adição de idéias.

Vejam alguns exemplos que nos permitirão discutir o que ocorre quando há em estruturas oracionais o conectivo E.

- (01) A equipe jogou bem e venceu.
- (02) A equipe jogou bem e não venceu.
- (03) A equipe jogou bem e perdeu.
- (04) A equipe não jogou bem e venceu.
- (05) A equipe não jogou bem e não venceu.
- (06) A equipe jogou bem e, portanto, venceu.
- (07) A equipe jogou bem, e, entretanto, não venceu.

Em (01) A conjunção E, por se encontrar em um contexto em que não há negativa, assume um

valor conclusivo (pode ser permutada pela conjunção LOGO - prototípica da idéia de conclusão).

Em (02) e (04) há a presença de idéias negativas (com o advérbio de negação); na (02) a negação encontra-se na oração que contém a conjunção **E**, constituindo valor adversativo; Em (04) a negação encontra-se na assindética, mas continua havendo valor adversativo, demonstrando que o valor adversativo está no par “jogar bem” *versus* “não vencer” , mas a marca está na conjunção. Observa-se que em (03) a oração constituída da conjunção também classifica-se como adversativa, mesmo não possuindo partícula negativa, o próprio verbo já possui essa carga semântica e, portanto, assume o valor de “não vencer”, atribuição de (02).

Em (05), há dupla negação construída com o advérbio que se repete nas duas orações, resultando assim o mesmo valor da (01), ou seja, passa a possuir o valor lógico(conclusivo). Sem negar que tanto em (01) como em (05) nota-se também adição.

Outros fatores importantes ocorrem nas frases (06) e (07). Em ambas há uma comprovação de que a conjunção **E** permanece com a funcionalidade sintática de unir aspectos gramaticais, mesmo com a presença de outras conjunções. Em (06) ela promove adição com a presença simultânea de conclusão e em (07) adição com contraste. Isso representa que a conjunção **E** aditiva

pode estar concomitantemente com outras conjunções por ser justamente a mais vazia das conjunções coordenadas juntamente com a conjunção **NEM**. É o que diz Othon M.Garcia (2001:42-43):

As conjunções coordenativas (algumas das quais ligam também palavras ou grupos de palavras - sintagmas - e não apenas orações) relacionam idéias ou pensamentos com um grau de travamento sintático por assim dizer mais frouxo do que os da subordinativas. *E* e *nem* (= e não) são as mais típicas das conjunções e também as mais vazias de sentido ou teor semântico, pois a sua função precípua é juntar ou aproximar palavras ou orações da mesma natureza ou função.

E não é só isso. O fato de em (06) e (07) a conjunção *E* estar acompanhada de **PORTANTO** e **ENTRETANTO** demonstra também que estes conectivos estão menos gramaticalizados, por serem etimologicamente advérbios, do que a conjunção aditiva em questão. Isso é o que também afirma GARCIA (2001:44): “Por isso, i.e., por serem essencialmente e etimologicamente advérbios, é que *no entanto*, *entretanto*, *contudo* e *todavia* vêm freqüentemente precedidos pela conjunção *e*.” E esse fator se aplica também à conjunção *portanto*.

Vê-se também que o valor da conjunção nos exemplos não ocorre de forma aleatória, mas sim pela presença ou ausência de elementos lexicais que alteram tais conteúdos semânticos.

O poema seguinte é bem ilustrativo sobre o assunto discutido:

O MUNDO É GRANDE

O mundo é grande e cabe
nesta janela sobre o mar.
O mar é grande e cabe
na cama e no colchão de amar.
O amor é grande e cabe
No breve espaço de beijar.

(In: ANDRADE, Carlos Drummond de. *Declaração de amor - canção de namorados*. Ed. Record)

Percebe-se nesse poema que, mesmo sem elementos gramaticais que representem valor negativo, há valor de adversidade: “O mundo é grande e (ENTRETANTO) cabe nesta janela sobre

o mar”, assim como nos outros trechos também. Neste caso é o conhecimento de mundo que possibilita tal compreensão e não a presença de um item lexical que sustente tal valor, mas, na verdade, o nosso conhecimento que por “*o mundo ser grande, não pode caber nesta janela sobre o mar.*”

A respeito desse fenômeno de contraste, Clara Barros (1998:50) afirma que há várias formas de estabelecer oposições e para isso é freqüente o uso do conectivo MAS. Dentre as possibilidades elencadas pela autora, uma diz respeito a “contrastes definidos num quadro axiológico vasto, dentro de NORMAS ou VERDADES geralmente aceites, verdades do ‘diz-se’, ou verdades ‘lugar-comum’, que podemos genericamente identificar com a vox populi...” E para sustentar tal definição, Barros exemplifica com uma das frases “É poeta mas é um homem com os pés na terra” . Nota-se, então, por este exemplo que o contraste se manifesta por meio do senso comum , ou seja, “por normas ou verdades aceites”, já que socialmente se espera (ainda que por preconceito) que o poeta seja uma pessoa sonhadora. Entretanto a frase contradiz tal expectativa. Vê-se, portanto, que se acontece o mesmo com as frases construídas no texto de Drummond, ainda mais na última frase - “ O amor é grande e cabe / No breve espaço de beijar”, que com o

reforço, neste caso, do adjetivo “breve” potencializa o contraste.

É bem verdade que o uso da conjunção E por parte de Drummond deve-se a uma perspectiva estilística. Há diferença em empregar a conjunção MAS prototípica adversativa e a conjunção E com valor aditivo contextual, pois esta não anula a relação de adição sintática entre os elementos e ainda assim introduz um valor opositor. Isso só reforça como o uso das conjunções está condicionado às necessidades pragmático-discursivas.

3.2 - O conectivo COMO:

O conectivo COMO, reconhecidamente de função subordinativa, também pode assumir valor aditivo em frases em que substitua a expressão MAS TAMBÉM. Isso só comprova ainda mais a flexibilidade nos usos da língua.

(08) Não só estuda / **mas também** trabalha.

(09) Não só estuda / **como também** trabalha.

O dicionário eletrônico Houaiss apresenta exemplo desse valor aditivo: “*na riqueza como na pobreza*”. Othon M. Garcia (2001:55) exemplifica o par correlato *não só...(mas) também* e demonstra ser possível a omissão da conjunção *mas*: “*Não só (somente, apenas) os irracionais agem por instinto; também os homens o fazem, e com frequência.*” Nota-se que houve omissão nessa estruturação sintática demonstrada por Garcia, mas nem por isso perdeu-se o valor aditivo, o que leva a crer que o TAMBÉM, palavra denotadora de inclusão, é que reforça tal valor semântico aditivo. Por outro lado, com a conjunção COMO (no correlato *não só...como também*) a possibilidade de omissão do TAMBÉM não inviabiliza o valor aditivo da frase “*não só estuda / como (também) trabalha.*”

Claro que o como assumirá outras funções em outros contextos possíveis:

- (10) **Como** choveu muito, não houve o evento. (CAUSA)
- (11) O evento ocorreu **como** previsto. (CONFORMIDADE)
- (12) O evento de hoje foi tão bom **como** o de ontem. (COMPARAÇÃO)

Nota-se, então, que na frase em que o conectivo COMO funciona como aditivo há

componentes léxicos que potencializam o valor de adição: a expressão “NÃO SÓ” na oração coordenada assindética e a palavra denotadora de inclusão “também”, isto é, o reforço do TAMBÉM em correlação com NÃO SÓ.

3.3 - NEM / NEM versus OU/OU

As conjunções ALTERNATIVAS são as que possibilitam opção por um elemento ou ação e exclusão de algo. Logo, as frases com valor alternativo não se confundem com as frases construídas com NEM/NEM claramente aditivas com valor negativo:

(13) OU estuda / OU trabalha.

(14) NEM estuda / NEM trabalha.

Em (13), o uso de OU/OU confere o verdadeiro valor alternativo, visto que a opção de uma ação implica exclusão da outra. Já em (14), o uso de NEM / NEM confere valor aditivo, visto que não há opção de uma ação para haver exclusão da outra. O que há, na verdade, é a exclusão das duas ações. Justamente por isso, em (14) existe valor aditivo de idéias negativas. O segundo NEM representa “e não”, reforçando o valor negativo que compõe tal estrutura frasal, ou seja, “NEM (Não) estuda / NEM (e não) trabalha”.

Nem por isso o uso de OU / OU será sempre com valor alternativo, depende da frase a ser avaliada, como, por exemplo, na frase posterior.

(15) OU o atleta / OU o artista merecem o prêmio.

Dessa forma, na frase (15) o uso de OU / OU deve ser avaliado como valor aditivo. Deve-se perceber que o componente lexical VERBO possibilitou tal classificação, uma vez que encontra-se no plural. Portanto, tanto o atleta como o artista merecem o prêmio. Isso é tão certo que se o verbo estivesse no singular o valor seria alternativo, ou seja, excludente.

Nota-se, pois, que a classificação dos valores dos conectivos aditivos deve ser feita também avaliando elementos gramaticais que compõem as frases, sabendo que funcionalmente são condicionadas a mudanças de todas as ordens.

3.4 - O valor aditivo na correlação NÃO SÓ / MAS TAMBÉM

Há valor aditivo também na correlação NÃO SÓ / MAS TAMBÉM. Observemos o texto abaixo para que isso fique claro:

“Vivemos num mundo de objetos, mas as possibilidades de prazer são restritas, não só por razões econômicas, mas também porque se busca o controle do sonho a partir de uma vida segura e bem planejada. Até a aventura, hoje, é calculada. É fruto de uma necessidade de exibicionismo. O exibicionismo é o único capital em se valoriza na cultura fundada no espetáculo e regula pelo narcisismo. A aventura humana é de uma monotonia estridente.” (Joel Birman, “*Que pulsão domina o homem*” In. *Folha de S. Paulo*. 09/09/00)

O texto em questão possui dois empregos distintos do conectivo MAS, ou seja, com os

valores diferenciados:

(16) “Vivemos num mundo de objetos, mas as possibilidades de prazer são restritas”

(17) “... não só por razões econômicas, mas também porque se busca o controle do sonho a partir de uma vida segura e bem planejada.”

No primeiro fragmento - “Vivemos num mundo de objetos, mas as possibilidades de prazer são restritas” - observa-se justamente o uso da conjunção prototípica com valor adversativo, ou seja, as possibilidades restritas de prazer opõem-se ao mundo de objetos em que vivemos.

Já no trecho posterior “... não só por razões econômicas, mas também porque se busca o controle do sonho a partir de uma vida segura e bem planejada.” o conectivo em questão associa-se à palavra denotadora de inclusão também e passa a representar o valor aditivo, reforçado pela correlação não só / mas também.

É bem verdade que a marca da adição encontra-se nesse par (não só / mas também), porém como o termo TAMBÉM denota inclusão, há outras formas de conceber a frase (17), mantendo o valor aditivo, como sugere GARCIA (2001:55) ao citar algumas outras variantes do segundo termo

correlato.

(17 A) Não só por razões econômicas, (mas ainda) porque se busca o controle do sonho a partir de uma vida segura e bem planejada.

(17 B) Não só por razões econômicas, (senão ainda) porque se busca o controle do sonho a partir de uma vida segura e bem planejada.

Sintaticamente a correlação é tema polêmico. A Nomenclatura Gramatical Brasileira preferiu ignorar os processos sintáticos de *justaposição* e *correlação*. Othon M. Garcia (2001:42) comenta isso: “A *nomenclatura gramatical brasileira*, ao tratar da composição do período, ignorou tanto a justaposição quanto a correlação.” Além disso, há também a dificuldade classificatória, já que se discute a proximidade da correlação com a *subordinação*, mas é possível haver correlação com funcionalidade aditiva, assim relacionando-se com a *coordenação*. Garcia (2001:42;73) também discute isso:

A correlação é uma construção sintática de duas partes relacionadas entre si de tal modo que a enunciação da primeira prepara a enunciação da segunda . No Brasil, seguindo - se a orientação de José Oiticica e de outros autores, considera-se a correlação ora como um processo autônomo ora como uma variante da subordinação.

(...)

Até mesmo na coordenação há correlação, como a que se obtém com os pares conectivos *não só* (não somente, não apenas) ...*mas também* (também, senão que, como também) (...)

Ante a dificuldade de abordagem, deve-se ressaltar que quem talvez melhor tenha abordado tal assunto foi Mattoso Câmara (1977:87) em seu dicionário:

CORRELAÇÃO: Construção sintática de duas partes relacionadas entre si, de tal sorte que a enunciação de uma, dita PRÓTESE, prepara a enunciação de outra, dita APÓDOSE. A correlação se estabelece – a) por coordenação, ou b) por subordinação, conforme o conectivo utilizado e a noção de seqüência ou de sintagma...

Vê-se que, por essa definição, pode haver *correlação*² tanto na *coordenação* como na *subordinação* e que um dos fatores para filiação ao processo sintático é o tipo de conectivo. Por isso, é possível haver *correlação* na construção *condicional* e na *comparativa* (ambas no eixo subordinativo) como com a construção *aditiva* (eixo coordenativo).

De uma certa maneira, não se pode negar que mesmo na *aditiva* há dependência de idéias, reforçada pela própria natureza correlata em que há duas partes relacionadas, PRÓTESE e APÓDOSE. Em contrapartida, o que deve ser observado antes é o aspecto sintático que filia a estruturação aditiva de correlação no eixo coordenativo. O fato principal para haver coordenação é a existência de um paralelismo de funções ou valores sintáticos e só por isso já se pode configurar a correlação existente na frase (17) como pertencente ao eixo coordenativo. A correlação talvez deva ser avaliada realmente como um processo sintático mais amplo, porque pode abarcar tanto estruturas coordenativas como subordinativas.

² É importante lembrar que um dos que também melhor se debruçou sobre o assunto foi José Oiticica (cf. *Teoria da correlação*), que nos mostra a correlação como um processo autônomo, diferente da subordinação e da coordenação.

4

ADVERSATIVAS E CONCESSIVAS: O VALOR DE OPOSIÇÃO

O estudo das conjunções deve ser calcado no sincronismo da língua, ainda mais se o foco de estudo for o funcional, ou seja, as novas possibilidades de desempenho e de valores tendo em vista o dinamismo lingüístico em face das perspectivas comunicativas. Entretanto, um olhar mais atento em relação ao diacronismo contribui para que se entenda como as diversas facetas por que os conectivos passaram resultaram nas classificações no estudo contemporâneo da língua.

4.1) MAS

A conjunção MAS é proveniente do latim “magis”, advérbio, que passou a conjunção, por um processo metonímico, uma vez que era empregado juntamente com a conjunção adversativa latina SED:

“Juntou-se, posteriormente, à conjunção **sed**, conjunção adversativa mais empregada no latim, para indicar uma ação que ocorreria de preferência a uma outra (...) Daí, começou a ser usado, isoladamente, com esta mesma carga semântica, isto é, com valor adversativo, vindo a substituir **sed**, na língua falada.

O emprego contínuo do advérbio **magis** após a conjunção adversativa **sed** determinou que, por um processo metonímico, **magis** assumisse o valor semântico do **sed** e terminasse por eliminá-lo da frase. (Barreto: 1999)

Barreto comenta cita também pesquisas de outros autores como Ducrot e Vogt para mostrar que até no latim *magis* já começara a ser usado também como adversativo, assumindo, assim, uma outra funcionalidade gramatical:

Ducrot e Vogt (1980:318) afirmam que, já no próprio latim, **magis** era empregado, por vezes, como conjunção adversativa, como se pode verificar no seguinte exemplo, citado pelos autores, retirado da primeira écloga de Virgílio:

Nom equidem invideo, magis miror ‘Não tenho inveja, mas admiração’.

A trajetória da conjunção adversativa foi:

ADVÉRBIO > CONJUNÇÃO

(“MAGIS“) (MAS)

Essa é a conjunção prototípica adversativa na língua portuguesa. Para Ataliba de Castilho (2000:128), o estudo da gramaticalização é necessário para entender a modificação dos itens lexicais :

“o caminho percorrido por uma palavra, ao longo do qual ela muda de categoria sintática, recebe propriedades funcionais na oração, sofre alterações semânticas, morfológicas e fonológicas, e inclusive desaparece, como consequência de uma cristalização extrema.”

Esse processo de *cristalização extrema* citado por Castilho por que o vocábulo “mas” passa, é visível, já que em determinados empregos ele é apenas um elemento discursivo, ou seja, não exerce nenhum conteúdo semântico-funcional, podendo ser expletivo: "Embora homens de

trabalho, não tinham as unhas roídas dos tintos. Tinham mas era mãos adamadas" (João da Silva Correia, Farândola, p. 130). (AURÉLIO V3.0)

Entretanto, não se pode negar a idéia de reforço, valor intensificador inerente ao item MAS, demonstrando que constitui sentido no discurso.

É interessante esse percurso de análise, uma vez que Castilho menciona a necessidade em observar a relevância de uma hierarquia lexical, “pela qual os itens do Léxico se dividem em palavras principais, palavras acessórias e palavras gramaticais.” (CASTILHO: 2000:128).

Analisando os advérbios por essa vertente, eles são uma classe acessória, ou seja, muitos já foram provenientes das palavras principais.

Ex.: “passu” (latim) que virou o advérbio passo
Advérbio (sXIII) : devagar, mansamente, sem ruído.

Ex.: entrou em casa passo e cuidadosamente para não acordar a família
(HOUAISS - versão 1.0)

Esse quadro evolutivo mostra que semanticamente um termo pode passar de uma palavras mais concreta para uma palavras menos concreta: **NOME > ADVÉRBIO > CONJUNÇÃO**. As formas mais concretas das palavras são aquelas que possuem mais autonomia semântica no discurso, como é o caso da categoria dos nomes (substantivo e adjetivo). Por outro lado, as menos concretas são as que possuem funções estritamente textuais como as conjunções e preposições, por exemplo.

Esse quadro mostra o processo de gramaticalização e explica como muitas conjunções hoje chegaram a essa categoria gramatical de conectivo, possuindo função mais textual. Isso é uma justificativa para afirmar por que vários advérbios vieram preencher a lacuna deixada pela ausência quase que total de conjunções latinas que passaram para a língua portuguesa. Na falta delas, houve evolução de advérbios a essa categoria para exercer tal função conectiva. Said Ali (2001: 166: §1098-1100) não só cita as poucas conjunções latinas que passaram para a língua portuguesa como menciona o advérbio como aquele que preencheu principalmente essa lacuna deixada pela ausência

das conjunções:

Obscura é a origem de certas conjunções latinas; porém, a julgar por aquelas cujo histórico se conhece, a linguagem não teria criado vocábulos especiais para constituir a nova categoria. Serviram a este fim advérbios que, de modestos determinantes de um conceito único, se usaram como determinantes de toda uma sentença.

Da respeitável série de conjunções que faziam parte do idioma latino muito poucas passaram às línguas românicas. Em português existem *e (et)*, *ou (aut)*, *nem (nec)*, *quando*, *se (si)*, *como* (tem o sentido de *quum* e de *quomodo*, posto que pelas leis da fonética só se filie ao segundo desses vocábulos) e *que*, usada no latim vulgar. A substituição de *sed*, *autem*, por *mais* (depois *mas*), do advérbio *ma(g)is*, data do período pré-lusitano. (...)

A falta das demais partículas suprem-se nas criações novas, isto é, advérbios, que se adaptaram ao papel de conjunção, assim como amplo emprego de *que*, simples ou combinado com preposições e com advérbios ou locuções de caráter adverbial (...)

A gramaticalização de advérbio em conjunção é a base desse quadro evolutivo para a existência das conjunções em língua portuguesa. Para a formação das locuções conjuntivas entram

também os advérbios e as locuções prepositivas. É isso o que veremos com a formação das locuções de valor concessivo.

Outro fator relevante é reconhecer que o MAS já está gramaticalizado completamente como conjunção, uma vez que não flutua seu posicionamento nas frases. Além disso, não se pode deixar de perceber que é o único estruturado com apenas um vocábulo, já que todos os demais adversativos são constituídos por dois itens (TODAVIA - toda via, CONTUDO - com tudo, ENTRETANTO - entre tanto, PORÉM - por ende).

4.2) Ainda que / mesmo que / apesar de que

Outro fenômeno interessante de gramaticalização ocorreu com certas locuções conjuntivas concessivas que passaram por um processo metonímico a assumirem valor de concessão inerente, na verdade, pela conjunção QUE, ou seja, assimilaram o valor da conjunção concessiva QUE. Isso é o que afirma Therezinha Barreto (1999):

Pode-se admitir, pois, que o advérbio **ainda**, com valor semântico temporal, em posição final numa sentença, seguida de outra sentença, iniciada pela conjunção **que** concessiva (...), por um processo metonímico, tenha assimilado o valor semântico concessivo e, juntando-se à conjunção, tenha passado a constituir uma outra conjunção, também de valor concessivo **ainda que**:

“Mas para que este exame seja com a inteireza e justiça que o convém, não basta que os oficiais da Câmara o julguem/**ainda que** seja com assistência do sindicante.”

Esse mesmo raciocínio vale para a construção da locução conjuntiva **MESMO QUE**, pois quem carregava o valor de concessão era a conjunção **QUE**:

O advérbio **mesmo** seguido da conjunção **que** de valor semântico concessivo, perdeu o seu conteúdo semântico, assimilou, por metonímia, o conteúdo semântico da conjunção **que** e passou a formar, com ela, um único item conjuncional de valor semântico concessivo.

O processo de gramaticalização desse item conjuncional abrange:

1- Recategorização:

advérbio+	conjunção	>	conjunção
↓	↓		↓
mesmo	+ que	>	mesmo que

2. sintaticização - reanálise ou reinterpretação do item no período, quando, seguido da conjunção **que** com valor concessivo.

3. semanticização:

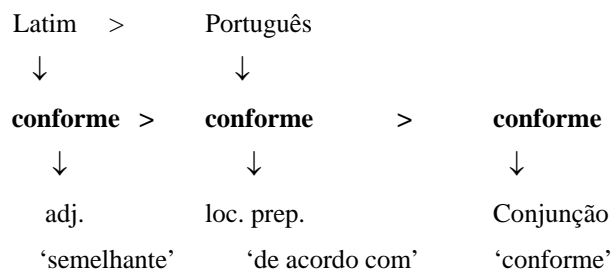
mesmo	+	que	>	mesmo que
↓		↓		↓
'idêntico'		concessivo		ainda que = relação de concessão
'semelhante'				
'da mesma forma'				

Barreto também cita Castilho para demonstrar que a gramaticalização promove alterações semânticas no vocábulo original por processos metafóricos e metonímicos. A autora procura

mostrar dessa forma como procederam as evoluções dos termos que hoje funcionam como conjunção na língua portuguesa.

A gramaticalização implica, também, a perda do sentido original de uma forma e no desenvolvimento de um novo sentido. É o que Castilho denomina **semantização** que pode determinar apenas ligeiras alterações ou até mesmo uma mudança completa de sentido.(...)

A metáfora é a transferência de um sentido A para um sentido B, graças à semelhança entre eles. Observa-se que, na mudança de sentido, parte-se sempre dos sentidos mais concretos para sentidos mais abstratos.



A metonímia é a mudança de sentido ocasionada por itens que se associam

sintaticamente. Na formação de algumas conjunções percebe-se, por vezes, a ocorrência de alterações metonímicas:

Adv. de inclusão **magis** > Conj. adversativa **mas**, em virtude do uso de **mas** em contextos negativos.

Martelotta (2004:82) também discute essa hipótese :

Desde o século XIX, tem-se tentado entender de forma mais sistemática a natureza lingüística que envolve o surgimento de elementos gramaticais a partir do léxico. Na década de 1990, depois de um longo período de lingüística estrutural de base eminentemente sincrônica, essa tendência voltou a tomar força através de lingüistas como Givon, Traugott, Hopper, Heinne, Lehmann e outros, que desenvolveram estudos referentes ao chamado processo de gramaticalização. Delineou-se, então, a idéia de que há uma regularidade translingüística envolvendo a mudança em termos unidirecionais: descategorização, perda de liberdade sintática, subjetivação, redução fonológica e trajetórias tipo +concreto > - concreto e espaço > (tempo) > texto. É também difundida a hipótese de que a mudança se dá por mecanismos de base metafórica e metonímica.

Claro que todas essas pesquisas nesse campo evolutivo vieram para ajudar a compreender o estudo das conjunções e locuções conjuntivas e reforçar ainda mais o estudo do funcionamento das mesmas.

Com a locução APESAR DE QUE, por exemplo, o percurso foi interessante , já que a locução prepositiva APESAR DE já possuía valor concessivo e ao unir-se à conjunção QUE também de valor concessivo só reforçou ainda mais o seu teor semântico. É importante observar exemplos, retirados do dicionário HOUAISS, para que se constate que até hoje no português contemporâneo o valor concessivo está nas duas locuções.

(18) Apesar da idade avançada, trabalhava diariamente. (Não obstante)

(19) Não o via há muito, apesar de que o sabia doente. (Não obstante)

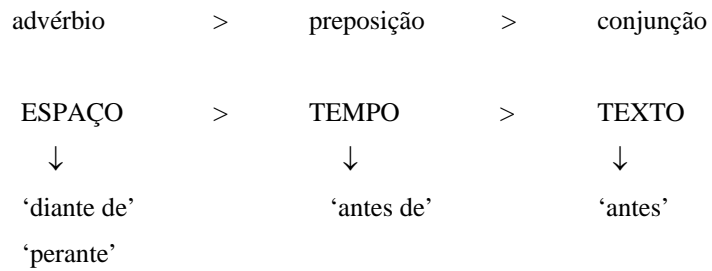
4.3 - TODAVIA

(20) Precisava sair, TODAVIA chovia muito.

Formada a partir da expressão TODA VIA, tal conjunção hoje com valor adversativo, inicialmente, ainda na forma da expressão (TODA VIA) constituía valor temporal. Segundo explica Eduardo Martelotta (2003:67), tomando como base o estudo do lexicógrafo José Pedro Machado, a conjunção em questão foi oriunda da forma latina *TUTA VIA*, que significava primeiro *constantemente, sempre* para depois significar *não obstante ainda*. Martelotta também afirma que:

Na expressão tuta via, a palavra via, que significa estrada, caminho, remete a uma origem espacial da expressão que, em português arcaico, passou a assumir valor temporal, significando de acordo com Machado (1997), constantemente, sempre, passando depois a assumir função de conjunção adversativa.

Daí nota-se um outro importante plano de análise que é a evolução: ESPAÇO > TEMPO > TEXTO. Em que a forma textual é a gramaticalização do termo em conjunção. Fator similar ocorre com o termo ANTES, de acordo com Therezinha Barreto (1999)., no esquema abaixo:



Ainda há exemplos no português contemporâneo em relação ao ANTES que correspondem a essa evolução ESPAÇO > TEMPO > TEXTO:

(21) O apartamento em que mora é ANTES do dos amigos. (*Espaço*)

(22) Chagos ANTES das dez horas. (*Tempo*)

(23) ANTES que fosse embora, avisaram-no do ocorrido. (*Locução conjuntiva temporal*)

4.4 - PORÉM

O conectivo PORÉM possui uma mobilidade considerável, posicionando-se não obrigatoriamente como iniciador da coordenada adversativa, mas podendo colocar-se em diversas posições.

(24) "Tem sido papel fundamental na infra-estrutura e em alguns setores de prestação de serviços, MAS encontra obstáculos conceituais..." (Revista Veja, 14 de Abril de 2004.)

(25) A lei foi aprovada, PORÉM não entrou em vigor.

(26) A lei foi aprovada, não entrou, PORÉM, em vigor.

(27) A lei foi aprovada, não entrou em vigor, PORÉM.

(28) "A crise do governo Lula, PORÉM, se agigantou de tal modo que os tucanos perderam a certeza de que Lula ficará tanto tempo em Brasília." (Revista Veja, 14 de Abril de 2004.)

Enquanto no exemplo (24) com a conjunção MAS, não há essa possibilidade posicional, nos

exemplos subseqüentes percebe-se o referido movimento do conectivo PORÉM. No exemplo (25), é a forma canônica de emprego, tal qual o emprego tradicional do MAS (PERINI:1995: 145) - à direita da frase, sendo iniciador da oração. Entretanto, nos itens (26) e (28) há a inserção da conjunção no meio da frase, entre vírgulas, sendo a primeira colocada depois do verbo da segunda oração e a outra antes do verbo da 1ª oração. Mobilidade maior ocorre na frase (27), que possibilitou o deslocamento, inclusive, para o final da frase.

O comentário existente no dicionário Aurélio (século XXI)- versão 3.0 ilustra bem isso:

[Corretíssimo é o emprego da conjunção porém em começo de período. É fato da língua, facilmente documentável desde a fase arcaica (p. ex., Joam Roiz de Castel Branco em Cancioneiro Geral de Garcia de Resende, III, p. 122; e Gomes Eanes de Azurara, Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné, pp. 3, 38, 70, 80) até os nossos dias. Só em uma das obras do seiscentista Manuel Bernardes, clássico dos maiores (Nova Floresta, 5 vols.), podem encontrar-se mais de 300 exemplos; às vezes vêm dois exemplos, e, muito raro, três, numa mesma página.]

É justamente por conta dessa mobilidade sintática que alguns estudiosos preferem classificar tal conectivo ainda como uma conjunção não completamente gramaticalizada, mas em vias de gramaticalizar-se

em uma, por conta de comportamento mais adverbial que MAS, assim como ocorre em maior instância até mesmo com o ENTRETANTO, deixando para a conjunção MAS a caracterização de ser considerada prototípica adversativa. (CASTILHO: 2000:138)

Por esses exemplos, constata-se que tais vocábulos podem assumir posições diferentes e isso não invalida os aspectos semânticos a serem analisados. Othon Moacir Garcia torna a lembrar o traço etimológico com os advérbios e isso justifica esse caráter flexível em relação aos deslocamentos sintáticos. Também chama a atenção para o fato de que quanto mais gramaticalizadas, mais as conjunções serão despojadas de valor semântico inerente:

As adversativas (mas, porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto) marcam oposição (às vezes com um matiz semântico de restrição ou de ressalva). Por serem etimologicamente advérbios - Traço muito esmaecido em mas e porém mas ainda vivo nas restantes -, as adversativas, como também as explicativas e as conclusivas, são menos gramaticalizadas, quer dizer menos despojadas de teor semântico, do que e, nem e ou. Sua função de conjunção é, aliás, fato relativamente recente na língua, fato de ocorrência posterior ao século XVIII. Ainda hoje, os dicionários registram *entretanto*, *(no) entanto* e *todavia* como advérbios, embora lhes anotem igualmente a função de conjunções. (...)

(GARCIA: 2001:43)

E esse comentário final feito por Garcia sobre os registros nos dicionários de termos como ENTRETANTO e (NO) ENTANTO como elementos adverbiais se confirma, além das classificações como conjunções, como pode ser percebido nas definições abaixo retiradas dos dicionário Aurélio e Houaiss. Entretanto o vocábulo TODAVIA só aparece registrado como conjunção nesses dois dicionários.

ENTRETANTO (AURÉLIO SÉCULO XXI)

[De entre + tanto.]

Adv.

1. Neste ou naquele intervalo de tempo; entretantes, no entanto: "Ajoelhou no primeiro degrau da escada, e confessou-se por espaço de 50 minutos. Entretanto martelava-se no cadafalso." (Camilo Castelo Branco, Perfil do Marquês de Pombal, p. 16.)

ENTRETANTO (HOUAISS)

advérbio

1 entretantes, nesse ínterim, nesse meio-tempo

Ex.: entretanto., resolvemos caminhar um pouco pelo jardim

(NO) ENTANTO (AURÉLIO SÉCULO XXI)

entanto

[De em + tanto.]

Adv.

1. Neste meio tempo, neste ínterim; entretanto, entrementes, no entanto: Fiquei à espera; entanto conheci várias pessoas.

No entanto.

Loc. adv.

1. Neste meio tempo; no entretanto; entretanto, entanto: "Nas curvas lanchas dormem os barqueiros. / O poeta, no entanto, o eterno pária, / Escuta a voz de Inês entre os salgueiros." (Gonçalves Crespo, Obras Completas, p. 164.)

(NO) ENTANTO (HOUAISS)

entanto

advérbio

1 nesse meio tempo, nesse ínterim

Ex.: <viajou para a Europa> <e. nasceu sua neta>

no entanto.

1 no entretanto, nesse meio tempo

Ex.: o filho dorme, no entanto a mãe vela

TODAVIA (AURÉLIO SÉCULO XXI)

[Aglut. da loc. toda via < toda (ô) + via.]

Conj.

1. Contudo, porém; entretanto; ainda assim.

TODAVIA (HOUAISS)

conjunção coordenativa

mas, contudo, porém, no entanto, entretanto

QUADRO DE COMPOSIÇÃO DOS CONECTIVOS ADVERSATIVOS

CONJUNÇÃO	ORIGEM	VALOR	PECULIARIDADE
Mas	“magis” (advérbio latino)	adversativo	Com “i” (mais) pode funcionar em português como conjunção aditiva
Porém	lat. <i>proinde</i> 'assim, portanto, pois, por conseguinte', pelo arc. <i>por ende</i> ; f.hist. sXIII <i>poren</i> (HOUAISS)	adversativo	Etimologicamente possuía origem conclusiva

Entretanto	comp. da prep. <i>entre</i> + <i>tanto</i> (< adv. lat. <i>tantum</i> 'tanto, de tal modo') (HOUAISS)	adversativo	o valor semântico de origem: 'entre tantas coisas':
Todavia	contr. de <i>toda via</i>	adversativo	significado de 'de toda maneira' / 'em todo o caminho, constantemente';
Contudo	prep. <i>com</i> + pron. <i>tudo</i> ; f.hist. sXIV <i>contodo</i> , 1500 <i>cõ tudo</i> (HOUAISS)	adversativo	o sentido de 'com todas as coisas'

5 A RELAÇÃO CAUSA-EFEITO

As relações de *causa-efeito* são muito produtivas na língua portuguesa e há diversas formas de se apresentarem, seja por intermédio de termos que explicitam tal relação, seja por construções justapostas. Dois desses exemplos estão demonstrados abaixo:

(29) O indivíduo morreu de fome.

(30) Não foi à festa, chovia muito.

Em (29) nota-se que é a preposição “de” que explicita a tal relação, em que a fome foi a *causa* e o *efeito* foi a morte. Mas em (30) não há termo que explicita o referido valor semântico, prevalecendo então a justaposição de elementos que compõem o enunciado, ainda que, mesmo assim, seja possível estabelecer a relação “Chovia muito” (*causa*) e “não foi à festa” (*efeito*).

Embora esses itens diferenciados de empregos comprovem que é possível promover a

relação *causa/conseqüência*, é preciso observar essa relação com base no uso dos conectivos, reconhecendo como conjunções variadas promovem esse efeito de sentido nos mais variados contextos.

Diversas conjunções e locuções conjuntivas desempenham a função causal dentre elas destacam-se PORQUE, POIS, COMO, PORQUANTO, JÁ QUE, UMA VEZ QUE, dentre outras. É bem verdade que esses empregos são variados. PORQUE e POIS são largamente utilizadas, diferente da conjunção PORQUANTO, que fica mais restrita a usos com maior rigor formal.

(31) “COMO chegou tarde, perdeu a aula.” (Aurélio séc. XXI)

(32) “Não aceitou o convite para jantar, PORQUANTO antipatizava secretamente com o anfitrião.” (HOUAISS - v1.0)

Caso interessante é o da conjunção PORQUE, que pode assumir tanto valor causal (campo subordinativo) como valor explicativo (campo coordenativo). É claro que há formas de diferenciação, mas o que chama a atenção é o motivo de haver confusão no processo classificatório. Isso ocorre pelo fato de que em grande parte das vezes pode haver relação causa - efeito tanto com frase em que haja sentido explicativo como na que possui sentido causal. Isso é

possível porque ambos os fatores não são excludentes, mas o que deve ser avaliado é em que eixo (na frase analisada) está a conjunção em foco - eixo causal ou explicativo.

(33) Choveu / PORQUE as ruas estão molhadas.

(34) Não foi à reunião / PORQUE choveu muito.

As frases (33) e (34) contêm a relação causa-efeito. Vê-se que em (33) as ruas estarem molhadas é *efeito* da causa que é chover. Já em (34), chover é *causa* de não ter ido à reunião (*efeito*). Em (33) a conjunção está no eixo do efeito, valor explicativo, segundo classificação tradicional e em (34) a conjunção está na próprio eixo causal, logo possui valor de causa.

Azeredo (2000:224: §427-428) agrupou as conjunções subordinadas adverbiais em alguns eixos-chave, como uma forma de reorganizar melhor as classificações devido a algumas lacunas encontradas em gramáticas da língua portuguesa. O autor chama, por exemplo, de CAUSALIDADE a “*qualquer relação de causa-efeito entre duas orações. Os conectivos empregados neste grupo tanto podem assinalar a causa (conectivos causais e condicionais) como*

o efeito (conectivos finais e consecutivos)”(§428). Pode-se, dessa forma, observar que a relação causa-efeito é mais ampla do que parece e é possível também incluir nessa lista a coordenada explicativa, que em muitos contextos participa do mesmo eixo relacional.

Outra atenção que deve ser dada é à flexibilidade no emprego das conjunções, pois muitas delas que são bastante produtivas com valor causal podem assumir outras funções. Exemplos diversos são encontrados nos mais variados discursos:

(35) UMA VEZ QUE seja possível, vou a Belo Horizonte.

(36) Dormiu assim que chegou, UMA VEZ QUE estava cansado demais.

Em relação às frases apresentadas somente uma delas possui conectivo que funciona como CAUSAL que é a frase (36). A outra (35) possui um valor distinto, ou seja, condicional. Certamente essa variabilidade é decorrente das necessidades pragmático-discursivas por que uma língua passa.

6

CONCLUSIVAS E CONSECUTIVAS: APROXIMAÇÕES E CONTRASTES

É possível perceber que as classificações CONCLUSIVA e CONSECUTIVA possuem relações semânticas muito próximas. Por muitas vezes uma *conclusão* está representada num eixo *consecutivo* ou vice-versa, ainda mais porque a relação causa-efeito é encontrável em diversos aspectos discursivos.

(37) Correu tanto que cansou.

(38) Ela estudou bastante, logo passou na prova.

Observando esses dois enunciados bem simples é fácil reconhecer tal relação. Nota-se que em (37) o que as gramáticas normativas, de uma maneira geral, classificam adequadamente como CONSECUTIVA (a oração “que cansou”), também pode ser reconhecido como dotado de valor de

conclusão, uma vez que há uma relação conclusiva entre “correr tanto” e “cansar-se”.

Em (38) também se faz valer a relação. Se “passar na prova” é conclusão lógica de ter estudado bastante, também é efeito, já que ter estudado muito é a consequência de ter “passado na prova”.

Então, por que um é considerado subordinado consecutivo (37) e outro coordenado conclusivo (38), se ambos conectivos apontam para relações semânticas que não se conflitam? Apenas o fato de o 1º ser subordinado e o 2º ser coordenado não deveria configurar tal hipótese. Até porque do ponto de vista semântico há dependência nas duas frases. A independência é sintática, mas isso só é possível pela escolha da conjunção?

Se a frase (37) fosse construída da seguinte forma: (37 A) “Correu bastante / logo cansou” e a (38) fosse escrita (38 a) “Ela estudou tanto / que passou na prova” as classificações se inverteriam, já que (37 A) teria um *conclusiva* e a (38 a) teria uma *consecutiva*. Vê-se, então, que a determinação classificatória se faz nesses casos pela escolha das conjunções e pela relação sintática existente entre elas, porque ambas do ponto de vista semântico são equivalentes na relação conclusiva-consecutiva, mas o papel dos padrões frasais que cada uma desempenha as distingue.

Outros exemplos comprovam tal fato, ainda mais que (como fora dito) a relação causa-conseqüência aparece em diversos enunciados.

(39) Falou bastante / que ficou rouca.

(40) O esquema tático foi bem executado, por conseguinte a equipe venceu o jogo.

Nas duas frases percebe-se que “ficar rouca” (39) pode ser tanto conseqüência de ter falado bastante como uma conclusão lógica a que se poderia ter chegado por alguém ter falado tanto. Em (40) ocorre o mesmo, já que “vencer o jogo” é não só a conclusão a que se chega pelo esquema tático ter sido bem executado como também representa o efeito (conseqüência) a partir de tal causa.

Sintaticamente não se pode ignorar que as consecutivas, por estarem no eixo das subordinadas, representam dependência sintática, e as conclusivas, por estarem no eixo das coordenadas, possuem autonomia sintática. Embora sintaticamente haja funcionamentos distintos, é relevante destacar que semanticamente tais itens são equivalentes e, portanto, devem ser analisados como parte do mesmo eixo significativo.

CONJUNÇÃO INTEGRANTE: UM CASO À PARTE

Tomando como referência o estudo das conjunções, um caso peculiar a ser discutido é o das conjunções integrantes. É interessante esse estudo, porque sob uma análise funcional esse tipo de conector exerce utilidade morfológica, só que, por outro lado, em relação ao aspecto semântico, discute-se a existência de um certo esvaziamento significativo da conjunção, embora seja questionável tal ponderação, ainda mais levando em consideração o vocábulo SE.

Para Mário Perini (1995), há adoção do conceito segundo o qual a oração subordinada substantiva serve de complemento de nome ou verbo, sendo inserida pela conjunção integrante, ou seja, essa oração substantiva é parte sintática da frase. Então, a dita conjunção integrante funciona como um recurso da língua para introduzir um sintagma nominal, servindo morfológicamente como um transpositor de classes, como por exemplo:

(41) Não observei QUE o livro foi comprado.

Nessa construção, o QUE está apenas encaixando o SN (objeto direto) à parte inicial desta oração - *Não observei* - ; por isso, para o autor, a nomenclatura conjunção integrante adotada pela NGB não está adequada, já que não inicia oração, e sim um sintagma nominal, um termo complementar à parte inicial da oração, porque esse conector possui a função apenas de transpositor.

Carone (2002) vai além, dando ênfase a certas análises importantes. A autora propõe que a conjunção integrante (dita pela gramática normativa como aquela que vai inserir uma subordinada substantiva), na verdade, é um elemento vazio de significado. Entretanto, é interessante analisar melhor a consideração sobre ausência de sentido, porque a integrante possui sim certo valor semântico. A funcionalidade sintática é de um transpositor de classes, já que essa conjunção transforma toda construção em substantivo.

(42) Gosto de Denise. (de + substantivo)

(43) Gosto de **que** Denise me ouça. (de + substantivo sob forma oracional)

Além disso, a oração substantiva (a autora não nega completamente a nomenclatura *oração* para as substantivas) possui seu verdadeiro ponto de inserção sendo um verbo ou um nome, isto é, a existência da oração substantiva está condicionada à necessidade sintática de um verbo ou um nome, existente na oração principal, que requerem complementos sintáticos, representados por essas orações. Os *pontos de inserção* (verbos ou nomes) funcionam como elementos que exigem a presença da oração sob forma substantiva para completar sintaticamente a oração anterior. No exemplo (43), é o verbo gostar que requer a oração substantiva, sendo o ponto de inserção. Pode-se fazer, inclusive, uma distinção entre esses pontos de inserção.

(44) Necessito de **que** me dê motivos para ficar.

(45) Tenho necessidade de **que** me dê motivos para ficar.

No exemplo (44) é o verbo *necessitar* o ponto de inserção, já que é ele o que requer complemento; mas na frase (45) é o nome *necessidade* que estabelece essa exigência. Para Inês

Duarte (MATEUS et alii : 2003), as concepções tradicionais da gramática acerca do estudo das orações substantivas limitam-se na maior parte das vezes a demonstrar as relações sintáticas existentes entre a oração substantiva e a principal, sem mostrar verdadeiramente a funcionalidade da língua.

Observando os exemplos (e até desenvolvendo oração reduzida) as orações sendo substantivas possuem como elementos selecionadores verbos, substantivos e ou adjetivos, sendo classificadas como frases completivas:

(46) Marcos *disse* QUE síria com ela.

(47) A necessidade de estudar era tanta que já não dormia.[de QUE estudasse]

(48) É viável QUE consiga o empréstimo.

De acordo com essa visão, esse mecanismo torna-se primordial para a identificação da natureza substantiva dessas orações que são permutadas pelos pronomes neutros (isso/isto/aquilo) que desempenharão funções sintáticas possíveis. Portanto, a presença ou não da conjunção

integrante pouco interfere na estrutura sintática, visto que podemos ter a mesma oração dita completiva (visão dessa gramática portuguesa) não só pela presença da conjunção integrante, mas também pela seleção promovida por verbo (46), substantivo (47) ou adjetivo (48).

Nota-se que o estudo da conjunção integrante estabelece um amálgama de diversas perspectivas gramaticais. Se por um lado, o termo é uma conjunção e faz parte de uma perspectiva morfológica, já que se encontra nos estudos tradicionais na classe de palavras, além de promover a transposição de classes - tornando a oração em substantivo, por outro lado deve ser avaliada a funcionalidade sintática, pois integra a oração subordinada, chamada de substantiva. Esta classificação adotada pela NGB mistura dois conceitos - o da classe de palavras (nome substantivo) e o da sintaxe (oração), embora haja adequação em dizer que a oração exerce função nominal, uma vez que funciona como substantivo.

Uma comparação é em relação ao modo como Inês Duarte (em MATEUS et alii 2003: 592-651) e Kury (1991:77) vêem as orações substantivas. Segundo Inês Duarte, as frases com relação gramatical de sujeito podem ser selecionadas por verbos, adjetivos ou por nomes (substantivos) e são substituídas por um pronome invariável (isso/isto), como nos exemplos abaixo coletados da

gramática de Matheus et alii:

- (a) “É evidente [que ele te vai convidar para a festa.] “
- (b) “É visível [que os estudantes não gostam desse professor.] “
- (c) “É já uma certeza [que a inflação ultrapassará os 2% este ano.] “
- (d) “É um facto [que aproveitam aos madeireiros e aos especuladores imobiliários]”

Já Kury vê diferente como no comentário proferido abaixo:

"Há outro tipo de orações subordinadas, formalmente idênticas às substantivas: conjunção integrante ou verbo no infinitivo pedindo preposição.

Já era tempo [de que te emendasses]

Já era tempo [de te emendares]

É significativo o fato [de que ele não tenha protestado]

A primeira e a segunda parece-nos adverbiais de fim, a terceira, adjetiva. Não nos parecem completivas nominais dada a natureza não transitiva dos substantivos a que se ligam; correspondem antes pela função a adjuntos adverbiais e adnominais, formados de preposição mais substantivo. Rigorosamente, portanto, têm o valor de locução adverbial ou adjetiva, com núcleo substantivo, motivo da sua identidade formal com as substantivas. Mas,

como a classificação há de ser funcional, devem a nosso ver, ser arroladas entre as adverbiais e as adjetivas.”

Tomando como referência inicial a abordagem de Inês Duarte, podemos observar que as concepções tradicionais da gramática acerca do estudo das orações substantivas limitam-se na maior parte das vezes a demonstrar as relações sintáticas existentes entre a oração substantiva e a principal, sem mostrar verdadeiramente a funcionalidade da língua.

Os exemplos arrolados pela gramática de Mira Mateus demonstram que, mesmo em posição de sujeito, as orações substantivas possuem como elementos selecionadores verbos, nomes (substantivos) e adjetivos, sendo classificadas como frases completivas. De acordo com essa visão, esse mecanismo torna-se primordial para a identificação da natureza substantiva dessas orações que são permutadas pelos pronomes neutros (isso/isto/aquilo) que desempenharão funções sintáticas possíveis.

Outro fator importante a ser mencionado é sobre a abordagem estabelecida por Kury que afirma que em frases, como as exemplificadas nos exemplos selecionados por ele, haveria natureza adverbial ou adjetiva. Ora, se a constituição de frases como " Já era tempo [**de que te emendasses**]"

possui a mesma função de uma completiva nominal, por que não classificá-la como tal? Dentre as justificativas para isso, pode-se destacar que há a possibilidade de troca pelo pronome neutro. Além disso, é visível também que o substantivo tempo é quem está fazendo a seleção dessa oração completiva, exercendo nesse caso a função de complemento nominal. Então, há uma seleção promovida pela existência do nome como em: “É significativo o fato [de que ele não tenha protestado]”, não havendo dessa forma uma natureza adverbial nos dois exemplos iniciais e muito menos uma natureza adjetiva nessa última frase, sobretudo pela ausência do pronome relativo, que anaforicamente retomaria o termo *fato*, aspecto que não ocorre.³ Vê-se que os exemplos extraídos da gramática portuguesa, embora com função sintática distinta dos exemplos oferecidos por Kury, reforçam que, de acordo com a funcionalidade, há elementos morfológicos (nome/verbo/adjetivo) que selecionam as orações substantivas iniciadas pela conjunção integrante, ou até mesmo na versão

³ Não se pode esquecer, entretanto, que há possibilidade de se reconhecer oração de natureza adjetiva, mesmo sem a presença de pronome relativo. É o caso das orações justapostas, como no exemplo que se discute no livro *Sintaxe Portuguesa* de Claudio Cezar Henriques — “Não me lembro do nome [de quem me entregou esta pasta]” — em que a oração introduzida pela locução DE QUEM possui caráter adjetival, uma vez que se vincula ao vocábulo NOME, servindo de valor possessivo desse, cuja função é de adjunto adnominal.

reduzida, cabendo a elas (orações), então, papel de substantivo.

Quanto à funcionalidade da conjunção integrante, pode-se estabelecer o seguinte esboço:

Oração principal ↔ oração substantiva

Conjunção integrante

(49) **Esperai** / que *ela viesse ao encontro.*

De acordo com o critério posicional, à esquerda constrói-se a oração principal; na posição central, a conjunção integrante, e à direita a oração substantiva. Tomando como base esse esboço, nota-se que tal conjunção não possui mobilidade sintática (*que ele saiu eu vi) e é aquela que insere a substantiva. Isso justifica até mesmo a subordinada substantiva subjetiva que aparece sempre em ordem inversa - função hiperbática - como pode ser visto no exemplo:

(50) "É óbvio **que o Brasil precisa reverter a desvantagem de descendentes de negros** " (PETRY, André. Edição 1963 . 5 de julho de 2006, "A estupidez racial" -grifo nosso)

No âmbito do *período simples*, a ordem direta em língua portuguesa prioriza SVC (sujeito, verbo, complemento). Porém, com as orações subordinadas substantivas essa ordem é alterada devido à inviabilidade de se iniciar um período com a conjunção integrante. Tendo em vista isso, há uma inversão sintática, o que configura a obrigatoriedade de a oração substantiva, com a presença da conjunção integrante, aparecer somente à direita na estrutura frasal. É bem verdade que sob a forma reduzida tal obrigatoriedade nem sempre se configura. Exemplo disso ocorre com as *subjativas* reduzidas de infinitivo. Como a ordenação do período prevê formalmente que o sujeito venha antes do complemento, nas orações reduzidas de infinitivo isso pode ocorrer, até porque não há o fator que impeça tal ocorrência, ou seja, a conjunção integrante. Os exemplos abaixo confirmam isso:

(51) É proibido FUMAR

(52) FUMAR é proibido.

7.1 - PERSPECTIVA SEMÂNTICA

Embora algumas discussões em torno da conjunção integrante sejam categóricas em relação à ausência de valor semântico da mesma, um aspecto deve ser avaliado com cautela. No que se refere à conjunção integrante "QUE", essa possui uma marca de *certeza* ou *opinião*, já a em relação à conjunção integrante "SE", essa possui um valor de *hipótese*. Para tal análise é necessário observar alguns exemplos:

(53) " O deputado Paulo Paim, parlamentar negro do PT gaúcho, acha que quem é contra a criação de cotas raciais nas universidades pertence à "elite". (PETRY, André. Edição 1963 . 5 de julho de 2006, "A estupidez racial" -grifo nosso)

(54) "Os seqüestradores, uma força-tarefa formada por vários grupos, incluindo o Hamas, exigiram a libertação de todos os prisioneiros palestinos do sexo feminino e menores de idade como condição para informar se o refém está vivo ou morto. " (TEIXEIRA, Duda. Revista Veja Edição 1963 . 5 de julho de 2006, "A paz durou pouco". - grifo nosso)

Na primeira frase (53) nota-se que a conjunção insere uma *opinião* e confere muito mais uma afirmação categórica calcada em uma certeza do que aquilo que está sendo veiculado na frase (54). Na segunda, nota-se um leve traço semântico de *hipótese* no emprego da conjunção "SE". O fato é que por ser integrante a referida conjunção não pode ser classificada como adverbial condicional, já que o mecanismo sintático da integrante é distinto do que se espera das adverbiais, o fato é que o "SE" integrante carrega consigo um leve valor de probabilidade, analógico àquela adverbial.

Justamente por isso, muitas são as vezes em que são observadas classificações inadequadas de tal conjunção, categorizada de condicional. Provavelmente por analogia à própria conjunção adverbial condicional é que se percebe esse certo traço semântico, embora a integrante apresentada no exemplo (54) deva ser realmente classificada como tal, já que inicia uma oração com caráter substantivo e não adverbial, mas isso não significa que nesse caso ela seja totalmente destituída de valor.

7.2 DIFERENÇAS FUNCIONAIS ENTRE CONJUNÇÃO INTEGRANTE E PRONOME RELATIVO

Funcionalmente a conjunção integrante e o pronome relativo possuem aplicabilidades distintas. Enquanto a conjunção integrante possui a capacidade de introduzir um substantivo sob forma oracional, o pronome relativo introduz um adjetivo sob forma oracional. É bem verdade que tanto a conjunção integrante como o pronome relativo são transpositores sintáticos, só que o que os difere primordialmente nesse aspecto é que a conjunção integrante não exerce função sintática na oração que insere, enquanto o pronome relativo exerce sempre uma função sintática (BECHARA: 2001: 171), como pode se observado nos exemplos:

(55) Percebi que os desejos seriam atendidos.

(56) Os desejos que seriam atendidos foram pedidos naquela noite.

Nota-se que os termos em questão possuem realmente empregos diferenciados, mas a grande diferença é o esvaziamento sintático da própria conjunção, diferente do pronome que nesse

caso exerce função de sujeito.

Entretanto, não é somente isso que importa para se promover a distinção funcional do uso de tais elementos. Se por um lado os elementos morfológicos que selecionam uma oração subordinada substantiva, iniciada por conjunção integrante, são verbos, substantivos e adjetivos, esses mesmos termos possuem função catafórica, uma vez que são complementados por algo enunciado posteriormente, no caso a oração substantiva. Já com a presença do pronome relativo o que há é o inverso, pois os termos que estão antes de tal pronome exigem que ele promova função anafórica em relação a algum desses, estabelecendo coesão textual. Nota-se, pois, que a coesão textual é feita também de forma distinta, o que possibilita, com segurança, promover a distinção entre pronome relativo e conjunção integrante. Afinal de contas o pronome o faz promovendo a retomada, evitando que um determinado termo seja repetido; já a referida conjunção estabelece encadeamento fazendo parte de um processo catafórico.

(57) A música que a banda tocou era maravilhosa.

(58) Notei que a banda tocou a música

(59) Tenho certeza de que a banda tocou a música.

Portanto, visualiza-se que na frase (57) o pronome relativo retoma “música” (anáfora) coesivamente, além de exercer função de objeto direto. Nas frases (58) e (59) o verbo “notei” e o substantivo “certeza” estão cataforicamente exigindo complemento sintático que está sendo nesses casos constituídos pelas orações substantivas, iniciadas pelo “que” integrante, desprovido de função sintática.

7.3-CONJUNÇÃO INTEGRANTE *versus* PRONOME E ADVÉRBIO INTERROGATIVOS

Outro estudo importante é estabelecer as diferenças entre a conjunção integrante e os pronomes e advérbios interrogativos. Embora do ponto de vista funcional esses termos sejam equivalentes, já que integram uma oração substantiva, parece que somente a conjunção integrante seja de fato um encadeador e um transpositor de classe, visto que as orações iniciadas por pronomes e advérbios devem ser consideradas justapostas, ou seja, sem conectivo.

Além disso, é mais uma vez nas análises lingüísticas que o critério presença/ausência de sentido permite com maior clareza diferenciar certos elementos gramaticais como é o caso da oposição entre pronome / advérbio interrogativo *versus* conjunção integrante.

Os primeiros possuem carga semântica que os diferencia da conjunção integrante “que”, embora todos esses elementos gramaticais possuam a função de introduzir as orações substantivas.

(60) Não sei quem saiu.

(61) Gostaria de saber como conseguiu.

(62) Vejo que conseguiu.

Nota-se que nos três casos as orações grifadas são subordinadas substantivas com função de objeto direto, mas só a última é introduzida pela conjunção integrante. Na frase (60), o “quem” é um pronome interrogativo - utilizado nesta interrogativa indireta - e que possui um valor semântico que se refere à pessoa. Adicionam-se a ele outros pronomes com mesma função cuja significação associa-se à coisa ou à pessoa: “que”, “qual”, principalmente. Já na frase posterior (61), a carga

semântica é até mais visível por conta do valor circunstancial propiciado pelo uso de advérbios como “quando”, “onde” “como”, principalmente.

Outro fator relevante é que até com o termo “que” (pronomes interrogativo ou conjunção integrante) a distinção é clara:

(63) Gostaria de saber **que dia é hoje**.

(64) Percebi **que Márcia saiu**.

Embora as duas orações estejam iniciadas pelo “que”, somente na (64) há conjunção integrante. Em (63) o termo em questão associa-se ao substantivo dia (“que dia”), sendo determinante deste, desempenhando sempre uma função sintática na oração substantiva, além de ser iniciador da interrogativa indireta; fato que não ocorre com a conjunção integrante que não se associa a nenhum elemento, nem desempenha função sintática. Em relação ao advérbio interrogativo esse caráter diferenciador fica ainda mais patente por conta dos possíveis valores semânticos existentes, seja modo (“como”), tempo (“quando”) ou lugar (“onde”/ “aonde”), dentre

outros; seja porque, como advérbio, ele é um termo modificador de outras classes (verbo, adjetivo, advérbio), fator não presente no emprego da conjunção integrante:

(65) Não soube ainda onde mora. (modificador de verbo)

Portanto, a conjunção integrante possui diversas funcionalidades e constitui um rico estudo não só no aspecto morfológico por ser um transpositor de classe, tornando a oração que insere um substantivo, como também no que se refere aos aspectos sintáticos, como encadeador oracional, estabelecendo, dessa forma, coesão textual. Assim, reconhecer tais funções colabora não só para que se possa avaliar as características que compõem os enunciados com tal conectivo, mas também para que se possa, com clareza, promover distinção de outros elementos que por ventura possam exercer funções parecidas com a conjunção integrante, porém com ela não se confundem.

8

OS MODOS VERBAIS E OS VALORES CONJUNCIONAIS

Os modos verbais estão intimamente ligados aos aspectos semânticos que os verbos representam no contexto. O enunciado verbal, então, apresentar-se-á de alguma maneira - real, desejado, querido, ordenado, etc. - , pois tanto o MODO como o TEMPO possibilitam aspectos significativos.

Os grupos modais classificam-se como INDICATIVO, SUBJUNTIVO e IMPERATIVO. É certo que os valores possíveis dos verbos ampliam certos usos no que se refere às conjunções. Certas conjunções e locuções conjuntivas só se associam a verbos no indicativo, outras a verbos no subjuntivo e outras com os dois modos. Isso está relacionado aos valores modais dos verbos que contribuem no discurso para a seleção das conjunções e locuções conjuntivas na composição do mesmo.

Aqui vamos examinar alguns relacionamentos entre VERBO e CONJUNÇÃO,

demonstrando como existe um traço estreito nesses usos do ponto-de-vista semântico. Baseado em um estudo funcional, o uso de uma língua fica certamente mais produtivo, pois privilegia a semântica - base para reconhecimento dos aspectos lingüísticos.

8.1 - AS CATEGORIAS DE MODO E AS CONJUNÇÕES: EMPREGOS E VALORES

O *modo indicativo* representa várias nuances e é usado para retratar o *real*, ou seja, funciona para enunciar um fato, embora possa também ser utilizado em casos onde há estados supostamente verdadeiros. (BRANDÃO: 1963: 383)

Diferentemente funciona o *modo subjuntivo*. Para AZEREDO (2000: 130), pode representar dúvida /suposição. Em frases como:

(66) O aluno comprou o livro.

(67) Era provável que o aluno comprasse o livro.

Nota-se que em (66) o uso do indicativo representa *certeza* na realização do fato, mas em (67), o uso do subjuntivo torna a idéia possível, configurando uma *suposição*. Brandão (1963:394) afirma que o subjuntivo possui muitas idéias significativas como incerteza, possibilidade, dúvida, futuridade, vontade, desejo, concessão, dentre outros valores possíveis; sendo o *modo* próprio das orações dependentes, embora possa ocorrer também nas independentes. Ou como Borba (1967: 219) afirma: “modo da dúvida, da imaginação. A contingência por ele expressa pode ou não ser realizada por depender de alguma condição de fato, isto é, pode ser desejável, possível etc. “

Como há uma variabilidade muito grande nos usos dos modos, as conjunções - os valores conjuncionais - que se aderem a eles também serão constituídas de uma lista extensa com diversos empregos. Exemplos da diferenciação de empregos encontram-se nas frases (68) e (69):

(68) Trabalhou mais / porque *fosse* promovido no emprego.

(69) trabalhou mais / porque *foi* promovido no emprego.

Vê-se que em (68) o valor da conjunção é *final*, ou seja, o indivíduo trabalhou mais / *para*

que fosse promovido. O objetivo de trabalhar mais era ser promovido. Já em (69), o valor da conjunção é *causal*, uma vez que o indivíduo passou a trabalhar mais, já que foi promovido, isto é, a promoção no emprego (causa) resultou em uma consequência: o indivíduo trabalhou mais.

O valor da conjunção altera-se, pois a mudança de MODO colabora para tal fato. Em (68), o *subjuntivo* demonstra a possibilidade de concretização do fato (SER PROMOVIDO) que não se tem certeza do mesmo. Entretanto em (69) o uso do *indicativo* no pretérito perfeito demonstra a certeza de que o fato já foi concluído e, por isso, há uma relação de CAUSA-EFEITO.

Isso, portanto, mostra como os modos não só podem representar valores distintos como também as conjunções que os acompanham possuem empregos e significados modificáveis de acordo com as necessidades pragmático-discursivas.

8.2 VALORES CONJUNCIONAIS: AS RELAÇÕES COM O VERBO

Os tempos e modos verbais associados às conjunções possibilitam o reconhecimento de diversos sentidos. Observa-se isso com clareza no exemplo que se segue com a locução conjuntiva

ANTES QUE:

(70) Antes que venha a Brasília , faça primeiro um seguro.

Nota-se que com essa locução conjuntiva o verbo surgirá no modo subjuntivo obrigatoriamente, uma vez que esse valor temporal requeira de uma certa forma um fato realizado antes – que não se tem certeza da realização do mesmo – para produzir uma ação futura. Daí resulta o uso do SUBJUNTIVO, já que representa essa FUTURIDADE condicionada a uma realização prévia (FAZER PRIMEIRO O SEGURO).

Outras conjunções, por outro lado, usam tanto com SUBJUNTIVO como com INDICATIVO. Esse é o caso do COMO (com valor causal), como afirma BRANDÃO (1963: 391), dizendo, inclusive, que é preferível no imperfeito, no mais-que-perfeito e mais raramente no presente.

(71) Como a televisão influencia demais as crianças, é necessário desligá-la

(72) Como estudasse muito, alcançou bom desempenho.

(73) “Como isto não acontecesse, espiou os quatro cantos, zangado, praguejando baixo”.

(Graciliano Ramos)

(74) Como treino bastante, evoluiu com frequência tecnicamente.

Nas três frases (71), (72), (73) e (74) as primeiras orações representam o valor causal e as outras a consequência expressa nas orações principais.

Cada oração causal está construída com verbos no imperfeito do subjuntivo ou presente do indicativo. É bem verdade que há diferença de valor entre as frases (71) e (72). Essa alteração é propiciada pelo verbo em modos e tempos distintos. Na 1ª, com presente do indicativo em relação à influência televisiva é necessário tomar uma atitude imediata (DESLIGAR A TELEVISÃO).

Na frase (72) e (73) com o uso do (ESTUDASSE / ACONTECESSE) subjuntivo atrelado à conjunção COMO (causal) é normal que haja na oração principal o pretérito perfeito do indicativo (ALCANÇOU / ESPIOU). Essa relação de uso, em língua padrão, serve para reforçar um fato anterior também no pretérito, ainda que “alcançou bom desempenho” represente uma consequência

futura de uma causa prévia. O uso com presente é interessante porque, em concomitância com o verbo também no presente na oração principal, fornece idéia de simultaneidade entre as ações expressas pelos verbos treinar / evoluir. Só que um olhar mais atento nesta frase (74) revela um valor freqüentativo no uso desse presente que constrói com a conjunção a relação CAUSA-EFEITO. Azeredo (2000: 165) diz que o presente do indicativo “representa o fato como não-concluído e o situa num intervalo de tempo simultâneo ou posterior a presente”. Assim, como a relação CAUSA- EFEITO situa esse fenômeno da língua no eixo temporal (pressupõe uma CAUSA antes do EFEITO) é possível que seja feito com presente de indicativo também, assim como ocorreu na frase (71).

Outro caso interessante é com valor concessivo:

- (75) Embora chova muito, irá à festa.
- (76) Mesmo que chova muito, irá à festa.
- (77) Ainda que chova muito, irá à festa.
- (78) Mesmo chovendo muito, irá à festa.
- (79) Apesar de chover muito, irá à festa.

Observa-se que nas frases (75), (76) e (77) o uso das conjunções/ locuções conjuntivas está atrelado ao subjuntivo. BRANDÃO (1963: 399) reconhece diversos tipos de subjuntivos, dentre eles o que ele chama de subjuntivo concessivo que “serve de exprimir que se admite a existência de um fato, que se faz uma conclusão lógica,...”

É usual, então, o uso desse *modo* como as concessivas (embora possa ser possível também o uso - mais raro - com o indicativo).

Em (78) e (79) não há presença das conjunções, visto que as orações estão reduzidas em suas formas nominais - gerúndio e infinitivo. Entretanto, percebe-se que elas mantêm resguardado seu valor semântico concessivo. Isso é importante observar porque o processo de ampliação / desenvolvimento das orações reduzidas nestes casos consistirá na inserção do conectivo e na usual composição das frases com verbo no subjuntivo, mantendo, assim, o caráter possível para concretização do ato proferido na oração principal.

Outro dado interessante diz respeito à relação calcada na oposição ADVERSATIVA *versus* CONCESSIVA:

(80) Ela foi à festa, mas não se divertiu.

(81) Embora tenha ido à festa, não se divertiu.

Na frase (80) é um período por coordenação e o que reforça a correspondência semântica entre as orações é a conjunção adversativa MAS. Diz-se que reforça, porque seria possível a escritura dessa frase sem o conector, MAS o mesmo ao ser utilizado reforça o valor significativo. Entretanto, na frase (81) tal omissão do conectivo seria agramatical, já que o verbo no subjuntivo necessita neste caso estruturalmente do uso de conectivo. Isso é uma diferença de ordem sintática importante na relação verbo-conjunção. Só é possível a omissão nesta frase (81) quando o verbo passa a uma forma nominal - TENDO IDO À FESTA, NÃO SE DIVERTIU. Essa não é a única relação sintática que viabiliza tal procedimento. Diversas outras orações concessivas com verbo no subjuntivo possuem essa característica - não poder ser suprimida a conjunção / locução conjuntiva.

Como nos exemplos que se seguem, diferentemente da adversativa que permite tal supressão:

(82) Ainda que chovesse, haveria o jogo.

(83) Embora haja quantidade suficiente de participantes, o evento não se realizará.

(84) Ela foi à festa, mas não se sentiu à vontade.

(85) Muitos compareceram ao evento, porém o congressista não veio.

Com isso, observa-se, portanto, que o estudo tendo em vista o funcionamento da língua é imprescindível, já que amplia a percepção do caráter semântico, primordial para a existência idiomática cujo caráter básico é o ato de significar. Ainda mais, tomando como parâmetro o verbo, aspecto nuclear nas orações e sua relação estrita nos mecanismos de coesão e coerência por meio do uso dos conectivos (conjunções e locuções conjuntivas) e seus aspectos significativos.

AS FERRAMENTAS PARA COMPREENSÃO DE UM TEXTO

Quais são os pressupostos para que um texto possa ser compreendido? O que possibilita ao leitor a capacidade de dialogar com um texto? A partir da década de 60 surgiu uma corrente lingüística preocupada com o texto, porque já não se satisfazia mais com a gramática da frase ou da palavra (FÁVERO & KOCH: 2002:11): a lingüística textual. É bem verdade que há dois aspectos imprescindíveis para a compreensão de um texto: o conhecimento lingüístico e o conhecimento enciclopédico.

Um desses aspectos, que é o conhecimento enciclopédico (de mundo), certamente é imprescindível para compreender um texto, mas não o único. De nada adianta conhecimento enciclopédico se o leitor não domina as ferramentas necessárias para reconhecer os encadeamentos sintáticos que possibilitam a compreensão textual. Ou seja, para obter esse conhecimento de mundo é necessário reconhecer os encadeamentos sintáticos que são

imprescindíveis para que uma língua veicule sentido.

Partindo desse princípio, vejamos o que ocorre com o texto abaixo:

Para os economistas, considerar o consumo como um princípio organizador do sistema não é novidade. Já no plano filosófico e cultural, o consumismo tem sido alvo de análise mais críticas e pessimistas, principalmente a partir da “revolução” hippie dos anos 60. Janis Joplin pedia então a Deus que lhe providenciasse um Mercedes Bens. “All my friends have Porsches” justificava a humorada canção de protesto.

O fato é que, mesmo desdenhando dos valores de consumo, estamos metidos nele. O Porsche psicodélico de Janis Joplin está atualmente no saguão de entrada de uma exposição no Museu de Arte Moderna de S. Francisco. (Gilson Schwartz, “Do consumidor ao cliente”, In. *Folha de S. Paulo. Caderno Mais. 27/02/00*)

Nota-se que há uma série de pré-requisitos para a compreensão desse texto. Um deles é a menção que se faz à revolução *hippie dos anos 60*. O autor parte do princípio que o seu leitor deva compartilhar do conhecimento prévio de saber o que representou tal movimento e que por isso há uma crítica ao consumismo, ainda mais na figura da cantora Janis Joplin, um dos maiores ícones de tal movimento. Além disso, a referência à exposição do Porsche em museu é um comentário que está revestido de crítica, mas que só é percebida por conta do conhecimento enciclopédico, já

que a cantora, símbolo do movimento que criticava o consumismo desenfreado motivado pelo capitalismo, não pôde se livrar dos valores atrelados ao consumo, uma vez que estamos inseridos nele. Comentário reforçado pelo próprio autor no trecho “*O fato é que, mesmo desdenhando dos valores de consumo, estamos metidos nele*”.

Entretanto, o que propicia um conhecimento mais amplo dessas relações semânticas, dessa construção de sentido são certos elementos lingüísticos. Um exemplo disso é a utilização do conectivo “já” em “*Já no plano filosófico e cultural*” que contextualmente inicia uma construção frasal que possui valor de oposição ao que havia sido dito anteriormente e quem proporciona tal aspecto é justamente o vocábulo em questão, claramente com função textual de conectivo adversativo, semelhante à conjunção adversativa “*mas*“. E esse fator é imprescindível para entendimento do texto, porque introduz a referida crítica ao consumismo. Outro fator importante é a construção “mesmo desdenhado ...” que está no início do segundo parágrafo. Tal construção possui valor concessivo, assemelhando-se à forma desenvolvida com conjunção - *mesmo que se desdenhe*. O reconhecimento desse valor concessivo por parte do leitor é fator determinante para que compreenda o exemplo apresentado posteriormente e que respalda a crítica feita à

impossibilidade de uma pessoa, mesmo que queira, de se desvincular completamente do consumismo (tema central do texto).

Percebe-se, então, que esses elementos que compõem o tecido textual são importantíssimos para a articulação do mesmo e possibilitam que o leitor possa perceber com mais segurança os sentidos inerentes ao texto.

9.1 - ABORDAGEM TEÓRICA : GRAMÁTICA TEXTUAL

O estudo das gramáticas textuais possibilita um grande número de recursos para compreensão textual, afinal de contas o leitor que domina tais recursos tem a competência maior de dialogar com maiores condições com o texto. É na década de 60, na Europa, que surge o estudo dessas gramáticas, porque a gramática da frase já não supria todas as necessidades para identificação do sentido textual. Segundo OLIVEIRA (2005: 46), passou-se também a chamar, na mesma época, gramática textual de lingüística textual. A rigor querem referir-se ao mesmo fato, ou seja, que os aspectos lingüísticos precisam ser explicados textualmente e não por meio de frases se contexto.

Assim, diversos fenômenos devem ser levados em consideração. Ainda que o saber enciclopédico seja também pré-requisito, o saber lingüístico é do mesmo modo primordial para reconhecer certos elementos no tecido do texto, que possibilitam coerentes compreensões.

Dentre esses mecanismos textuais estão os conectivos, sobretudo as conjunções, que estabelecem um elo sintático, só que impregnado de carga semântica contextual, orientando o leitor a tirar certas conclusões, sabendo que cada trecho avaliado faz parte de um conjunto, uma superestrutura que, se bem construída, fornecerá margem para ampla leitura.

É bem verdade que não só as conjunções são foco para análise das gramáticas do texto. A lingüística textual também está interessada em recursos anafóricos, a repetição, uso de artigos definidos e indefinidos e seus respectivos valores contextuais, entre outras características. Entretanto, aqui o enfoque escolhido será o estudo dos conectivos como ferramentas para compreensão textual, ou seja, para se distinguir a diferença de uso de uma adversativa e de uma concessiva ou como uma mesma conjunção (ou locução conjuntiva) possui valores diferentes, por conta de empregos distintos, e isso é primordial para se chegar a um resultado satisfatório de leitura. Paralelamente a isso, o valor das preposições, dos verbos e dos advérbios muitas vezes

auxiliará o processo, visto que esses itens são também ferramentas muito úteis, que possibilitam o reconhecimento de certos valores no *corpus* textual ou prejudicam tal conhecimento quando o leitor não é capaz de perceber as relações sintático-semânticas existentes em diversas construções.

A Lingüística Textual surge a partir de três fases: análise transfrástica, construção das gramáticas textuais e o da construção das teorias do texto (FÁVERO & KOCH : 2002: 13) . E é bem verdade que isso ocorre porque a gramática da frase não consegue dar conta de uma série de fenômenos lingüísticos, só passíveis de serem analisados pela gramática textual. Muitas relações textuais como substituições, omissões, redundâncias, encadeamentos, entre outros aspectos estudados potencializam o significado do texto. É nesse ínterim que surge a importância de valorizar certas ferramentas - preposições, conjunções, advérbios - que promovem encadeamentos, “costuram” os elementos textuais, dando sentido aos mesmos.

9.2 - OS CONECTIVOS E AS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS

Segundo Fávero e Koch (2002:47-49), os textos argumentativos obrigam o leitor (teoria defendida por Ducrot e Weinrich) a perceberem certas pistas para que se chegue a determinadas conclusões. Segundo Ducrot, a argumentação é própria da linguagem humana e pode estar presente em vários tipos de textos e não só os argumentativos.

Para tal análise, “ o valor semântico de uma frase argumentativa contém, entre outros elementos, o conjunto de instruções concernentes às estratégias a serem seguidas para a decodificação de seus enunciados.” São justamente essas estratégias que devem ser dominadas pelo leitor, que foram especificamente construídas, por exemplo, com certos conectivos que fornecem não só progressão ao texto, como também valores semânticos, dentre deles : *mas, embora, já que, logo, entretanto, pois, e,* dentre tantos outros possíveis. Importante saber que esses conectores podem ligar tanto frases como até mesmo parágrafos. Além disso, os valores não são dispensáveis, pensando o texto como uma unidade de sentido.

É fundamental observar como isso se constitui. O texto abaixo possui uma série de certos

conectores que exercem papel imprescindível na linha argumentativa.

Os principais problemas da agricultura brasileira referem-se muito mais à diversidade dos impactos causados pelo caráter truncado da modernização, do que à persistência de segmentos que dela teriam ficado imunes. Se hoje existem milhões de estabelecimentos agrícolas marginalizados, isso se deve muito mais à natureza do próprio processo de modernização, do que à sua suposta falta de abrangência.

(Folha de S. Paulo“, 13/09/94, 2)

Percebe-se que no texto em questão, os conectivos possuem caráter relevante para se compreender o que está sendo “dito”. Um exemplo disso é o reconhecimento do comparativo *muito mais / do que*, com a notória presença da conjunção comparativa QUE. Nesse caso, o leitor que domina e percebe tal recurso linguístico tem possibilidade de compreender que a “persistência de segmentos” no setor agrícola brasileiro é menos importante que os problemas que se referem “ à diversidade de impactos causados pelo caráter truncado da modernização”, ou seja, os problemas da agricultura resultam muito mais da inadequação (“caráter truncado“) do processo de modernização do setor.

Observa-se também que há um caráter hierárquico dos problemas no setor agrícola brasileiro promovido pelo uso do grau comparativo de superioridade *mais / do que* e que não pode ser lido de outra forma, com a penalidade de resultar prejuízo de sentido.

E não é só isso. A linha argumentativa se solidificou na progressão do texto com o conectivo SE. Embora tal conectivo esteja revestido semanticamente de valor condicional, na verdade, a oração que ele inicia - “Se hoje existem milhões de estabelecimentos agrícolas marginalizados” - é conseqüência do que se enuncia posteriormente (“isso se deve muito mais à natureza do próprio processo de modernização”), isto é, a existência de milhões de estabelecimentos agrícolas marginalizados (efeito) possui um motivo (causa), que é por conta da natureza do próprio processo de modernização do setor (“caráter truncado” / inadequado). Reconhecer isso é de suma importância no texto para o processo - leitura, ainda mais quando o autor estabelece mais um eixo comparativo de superioridade (“muito mais” / “do que”) afirmando que a natureza inadequada do processo de modernização é mais importante dentro desta CAUSA do que à “suposta falta de abrangência” no setor agrícola. Nota-se, então, que a linha argumentativa precisa se estruturar, embasada em certos elementos lingüísticos.

Ainda na linha de estudo das estruturas argumentativas, pode-se dizer que um mesmo termo ganha nuança semântica distinta e, por isso, é necessário perceber e fazer as devidas distinções. É interessante observar o texto que se segue:

CINZAS DA INQUISIÇÃO

1 Até agora fingíamos que a Inquisição era um episódio da história européia, que tendo durado do século XII ao século XIX, nada tinha a ver com o Brasil. No máximo, se prestássemos muita atenção, íamos ouvir falar de um certo Antônio José - o Judeu, um português de origem brasileira, que foi queimado porque andou escrevendo umas peças de teatro.

2 Mas não dá mais para escamotear. Acabou de se realizar um congresso que começou em Lisboa, continuou em São Paulo e Rio, reavaliando a Inquisição. O ideal seria que esse congresso tivesse se desdobrado por todas as capitais do país, por todas as cidades, que tivesse merecido mais atenção da televisão e tivesse sacudido a consciência dos brasileiros do Oiapoque ao Chuí, mostrando àqueles que não podem ler jornais nem freqüentar as discussões universitárias o que foi um dos períodos mais tenebrosos da história do Ocidente. Mas mostrar isso, não por prazer sadomasoquista, e sim para reforçar os ideais de dignidade humana e melhorar a debilitada consciência histórica nacional.

.....

3 Calar a história da Inquisição, como ainda querem alguns, em nada ajuda a história de instituições e países. Ao contrário, isto pode ser ainda um resquício inquisitorial. E no caso brasileiro essa reavaliação é inestimável, porque somos uma cultura que finge viver fora da história.

4 Por outro lado, estamos vivendo um momento privilegiado em termos de reconstrução da consciência histórica. Se neste ano (1987) foi possível passar a limpo a Inquisição, no ano que vem será necessário refazer a história do negro em nosso país, a propósito dos cem anos da libertação dos escravos. E no ano seguinte, 1989, deveríamos nos concentrar para rever a "república" decretada por Deodoro. Os próximos dois anos poderiam se converter em um intenso período de pesquisas, discussões e mapeamento de nossa silenciosa história. Universidades, fundações de pesquisa e os meios de comunicação deveriam se preparar para participar desse projeto arqueológico, convocando a todos: "Libertem de novo os escravos", "proclamem de novo a República".

5 Fazer história é fazer falar o passado e o presente criando ecos para o futuro.

6 História é o anti-silêncio. É o ruído emergente das lutas, angústias, sonhos, frustrações. Para o pesquisador, o silêncio da história oficial é um silêncio ensurdecedor. Quando penetra nos arquivos da consciência nacional, os dados e os feitos berram, clamam, gritam, sangram pelas prateleiras. Engana-se, portanto, quem julga que os arquivos são lugares apenas de poeira e mofo. Ali está pulsando algo. Como num vulcão aparentemente adormecido, ali algo quer emergir. E emerge. Cedo ou tarde. Não se destrói totalmente qualquer documentação. Sempre vai sobrar um herege que não foi queimado, um judeu que escapou ao campo de concentração, um dissidente que sobreviveu aos trabalhos forçados na Sibéria. De nada adiantou aquele imperador chinês ter queimado todos os livros e ter decretado que a

história começasse com ele.

7 A história recomeça com cada um de nós, apesar dos reis e das inquisições.

(Affonso R. de Sant'Anna. A RAIZ QUADRADA DO ABSURDO. Rio de Janeiro, Rocco, 1989, p. 196-198.)

Nesse texto, há utilização do conectivo ‘como’ nos trechos “Calar a história da Inquisição, como ainda querem alguns...” e “Como um vulcão aparentemente adormecido, ali algo quer emergir”, só que com valores textuais distintos. No primeiro trecho, percebe-se o valor conformativo e no segundo um valor comparativo. Além disso, uma análise minuciosa do terceiro parágrafo mostrará o uso de conectivos que estabelecem coesão e sustentam a coerência textual. A oração “Calar a história da Inquisição” é uma causa, segundo o autor, que resulta em uma consequência (“isto pode ser ainda um resquício inquisitorial“), adequadamente encadeado pela expressão “Ao contrário” que orienta a sustentação do argumento prévio. Por fim, no mesmo parágrafo cita-se o caso brasileiro e afirma-se a necessidade de reavaliar o que já ocorreu, apresentando uma causa, introduzida pelo conectivo prototípico causal “porque” - “porque somos uma cultura que finge viver fora da história”

Para um leitor que não domina a norma culta, sobretudo o reconhecimento de tais valores

desses encadeamentos sintáticos, fica com uma leitura fragmentada e difícil de ser feita. O jogo leitor-texto fica pormenorizado ante o não reconhecimento dos valores em tais itens. Não se nega aqui que não seja possível existir coerência sem coesão, discussão já muito bem tratada (FIORIN in VALENTE: 1998: 210-211), embora em muitos casos o reconhecimento dessas estratégias coesivas seja de extrema relevância para compreensão de um texto.

9.3 - OS CONECTIVOS E AS FUNÇÕES TEXTUAIS

Além de servirem para que se constitua a coesão textual, os conectivos são importantes semanticamente na estruturação do texto e que sua omissão pode ocorrer mediante determinadas condições, em especial quando não problematizam o sentido (FÁVERO & KOCK : 2002: 42). Esses conectores não são apenas as conjunções / locuções conjuntivas, mas também os advérbios / locuções adverbiais, preposições / locuções prepositivas, além de outros termos com funções textuais como *também*, *inclusive*, *daí*, dentre outros com mesma função.

9.3.1 - Conjunções / locuções conjuntivas

Não se pode falar de estudo lingüístico hoje sem falar do valor textual para as pesquisas do idioma, por isso quando se estuda os conectivos é imprescindível mencionar seu uso. Certamente o emprego de conjunções instaura-se em uma necessidade discursiva para promover o encadeamento sintáticos entre os termos que o compõem. Daí resulta o discurso e por conseguinte o sentido global do texto, tópicos bastante mencionados por diversos estudiosos como Koch (2001:30), sobretudo referindo-se ao estudo dos operadores argumentativos, termo mencionado por Koch, por meio do estudo da Semântica Argumentativa de Ducrot.

No texto que segue há comprovação de que o estudo de conjunções, muito mais do que meramente um estudo de gramática normativa, é sobretudo textual.

Depois de lotar museus em Londres, Berlim e Bonn, a exposição *O Império Asteca* foi inaugurada no museu Solomon R. Guggenheim, de Nova York, onde poderá ser visitada até fevereiro de 2005. Será montada pela última vez no Guggenheim de Bilbao, na Espanha, antes que as 440 peças voltem para museus mexicanos e americanos, dos quais muitas delas saíram pela primeira vez. O curador da mostra, o mexicano Felipe Solís Olguín, diretor do Museu Nacional de Antropologia do México, expôs os objetos – cerâmicas, imagens de pedra e barro, jóias de ouro, prata ornamentada

com turquesa, máscaras enfeitadas com mosaico, instrumentos musicais, utensílios domésticos – em ordem cronológica, **de modo que** o visitante possa acompanhar a trajetória desse povo desde os primórdios de seu império, no século XIV, até a derrota diante dos conquistadores espanhóis, em 1521. O que atrai tantos visitantes não é apenas a beleza e o valor arqueológico dos objetos – **mas**, sobretudo, o fascínio e o mistério que envolvem as civilizações perdidas da América.
(...)

(*"O mundo sombrio dos astecas"* . Tania Menai, *de Nova York* - Veja - 20 de Outubro de 2004 - edição 1876)

A locução conjuntiva e a conjunção marcadas no texto são alguns exemplos que orientam a leitura, porque fornecem “pistas” representativas das estratégias na sua composição. Pretendendo analisar os recursos dessa composição a partir do uso dos conectivos, ao perceber o emprego da locução “de modo que” observa-se que ela representa a finalidade de terem sido expostas as peças em ordem cronológica para que o visitante “possa acompanhar a trajetória”. Outra análise é da conjunção “mas” , nota-se que não há aqui um “verdadeiro” valor de oposição no uso de tal conectivo. Deve ser observado que “ a beleza e o valor arqueológico dos objetos” atraem os visitantes, mas não apenas isso; Nota-se que “o fascínio e o mistério” atraem também, reforçado pelo advérbio “sobretudo”, ou seja, o conectivo “mas” não funciona obrigatoriamente como um

contrapósitor do que foi dito anteriormente, introduzindo, na verdade, uma informação adicional, só que com um valor especial, mais relevante. Isso mostra que é o estudo da gramática textual que vai além da frase e que possibilita uma ampliação dos possíveis sentidos textuais e conseqüentemente suas leituras.

9.3.2 - Preposições e locuções prepositivas

Além das conjunções, as preposições desempenham também importante papel na veiculação de sentido em um texto. Muitas delas, inclusive, articulam-se à conjunção QUE e formam locuções conjuntivas. No texto abaixo vê-se que o sentido das preposições determinam amplamente o significado textual:

Uma duas vezes por ano, quando o sentimento de culpa fica insuportável, Jim Hoffmann senta e responde aos e-mails negligenciados de uma meia dúzia de amigos que ele não vê há séculos. A introdução: “Desculpe, eu sou um péssimo amigo”. O executivo de Internet de Nova York afirma que simplesmente não tem mais tempo para os amigos. Todo mundo, desde os altos executivos até as donas de casa, parece ter a mesma queixa hoje em dia: as pessoas não

dão mais a mesma prioridade às amizadas.

((Nancy Ann Jeffrey. “Amigos, quem tem tempo para eles? The Wall Street Journal/JB. 06/04/00))

Nesse texto, as preposições “desde” e “até” desempenham importante papel para compreensão textual, já que o leitor proficiente deverá perceber que no trecho “desde os altos executivos até as donas de casa”, há um critério de abrangência que não exclui ninguém, ou seja, até os representativos da classes mais alta da sociedade até as donas de casa, todos “não dão mais a mesma prioridade às amizadas”.

Outro texto que pode nortear essa análise é o que segue:

Estudo do Pacific Institute of Oakland, na Califórnia, prevê que 76 milhões de pessoas morrerão de doenças relacionadas à água até 2020. As crianças serão as mais afetadas por males causados pelo uso e ingestão de água contaminada. No mesmo período, serão registrados 65 milhões de casos fatais em consequência da Aids em todo o mundo. (PELTIER, Márcia. In: “o Globo”, 21 de Outubro de 2002.)

No primeiro período há três ocorrências da preposição “de”, cada uma com valor diferente. Na primeira há um valor de *posse* “Estudo do Pacific...”, indicando no corpo do texto de quem é a pesquisa; em “76 milhões de pessoas” , seu valor é *especificativo*, diferentemente da terceira ocorrência, que indica *causa*, pois no trecho “morrerão de doenças” , as doenças são a causa da morte, valor propiciado pelo uso da preposição em questão. Isso, dessa forma, propicia sem dúvida uma ampliação da compreensão textual.

Embora o foco central desta dissertação seja o estudo das conjunções e das locuções conjuntivas, o reconhecimento de que as preposições podem representar valores é importante, porque a associação delas com outros itens lexicais resulta em conjunções e locuções conjuntivas com uma série de significados possíveis, muitos deles já discutidos nesta dissertação.

Portanto, toda essa discussão não só comprova que a análise de tais frases contextualmente possibilita uma análise textual mais completa para a compreensão dos fenômenos da língua como também que um texto torna-se mais compreensível quando um leitor domina tais conhecimentos gramaticais. Não é negado aqui que o conhecimento de mundo seja também imprescindível para compreensão textual, mas o domínio de certos fenômenos lingüísticos, certamente, contribui

consideravelmente para tal propósito. Claro que para reconhecer esses valores textuais são necessários diversos requisitos e um deles é o domínio instrumental dos conectivos, ferramentas indispensáveis para tal tarefa.

CONJUNÇÃO OU ADVÉRBIO: REPENSANDO A COORDENAÇÃO

Encontra-se uma série de autores que afirmam as conjunções coordenadas serem E, OU e MAS. Um dos argumentos mais fortes é a não mobilidade sintática das mesmas. Com isso, não só excluem diversos outros itens gramaticais como também classificações coordenativas classicamente estudadas, haja vista EXPLICATIVA E CONCLUSIVA.

Dentre esses autores, citemos BECHARA (2001:322-323):

Unidades adverbiais que não são conjunções coordenativas - levada pelo aspecto de certa proximidade de equivalência semântica, a tradição gramatical tem incluído entre as conjunções coordenativas certos advérbios que estabelecem relações inter-oracionais ou intertextuais. É o caso do pois, logo, portanto, entretanto, contudo, todavia...

...esses advérbios podem vir em princípio em qualquer posição dentro da oração em que se inserem...

Outra avaliação seguindo essa mesma linha de raciocínio está em AZEREDO (2000: 250 §450-451) que prefere chamar de advérbios conjuntivos:

Porém, contudo, entretanto, no entanto, todavia: estas palavras são tradicionalmente classificadas como conjunções, mas tem características que se assemelham a advérbios - como a mobilidade posicional na frase...

(...)

Portanto e logo, conectivos conclusivos - ou melhor, advérbios conjuntivos...

Nota-se que um dos pilares argumentativos é a flexibilidade sintática inerente a esses vocábulos para serem chamados de advérbios. Entretanto, não se pode esquecer de que muitas das conjunções são originárias dos advérbios (o que justifica essa mobilidade sintática), mas se servirem de conectivos entre orações podem ser chamados de conjunção. Exemplo clássico é o de conjunção MAS, já discutida nesta dissertação. Por um processo de gramaticalização tornou-se de advérbio para conjunção (servindo, portanto, de elemento encadeador textual). Isso quem também

discute é SAID ALI (2001:166:§1099):

Da respeitável série de conjunções que faziam parte do idioma latino muito poucas passaram às línguas românicas . Em português existem e (et), ou (aut), nem (nec) quando, se (si), como (tem o sentido de quum e de quomodo, posto que pelas leis fonéticas só se filie ao segundo desses vocábulos) e que usada no latim vulgar . A substituição de sed, autem, por mais (depois mas) do advérbio ma(g)is data do período pré-lusitano.

Nota-se que o advérbio “magis” gramaticalizou-se na conjunção “mas” - fenômeno usual na evolução da língua. Aspecto esse já mencionado, citando BARRETO (1999) que demonstrou que, por um processo metonímico, passou a assumir o valor adversativo por proximidade da conjunção “sed“. Outro caso interessante também o discute SAID ALI (2001:143:§ 933-934) referente ao conectivo PORÉM - conjunção adversativa:

Filiados ao advérbio latino proinde e respectiva forma abreviada proin, usam-se na antiga língua portuguesa porende e porém, tendo ambos o sentido de por isso

(...) em vez de significar “por isso”, “por essa razão” , passa a dizer o mesmo que “mas”, “apesar disso“, “contudo” . Deixa de expressar a noção de um certo ato, para denotar oposição de idéias ou pensamentos. O primitivo advérbio transmuda-se para conjunção adversativa.

Então, para o filólogo, PORÉM é conjunção adversativa legítima, que chegou a tal por um processo de gramaticalização. GARCIA (2001:44) também considera conjunções uma série de elementos gramaticais discutíveis por outros teóricos e justifica que seu caráter essencialmente etimológico com os advérbios os possibilita a tão discutível mobilidade sintática e cita inclusive as conclusivas, fato importante a ser discutido:

As conclusivas (logo, pois, portanto) entrosam orações de tal modo que aquilo que se afirma na segunda é conseqüência ou conclusão (resultado, efeito) do que se declara na primeira: “Penso, logo existo” (...) as locuções adverbiais por conseqüência, por conseqüente, por isso funcionam também como conjunções conclusivas: “Penso, logo (por conseqüência, por conseqüente, por isso) existo.

Dois pontos muito importantes devem ser ressaltados: um é que as referidas locuções mencionadas por Othon M. Garcia deixam, então, por uma função textual em conectar orações, de serem adverbiais para se tornarem conjuntivas. Outro ponto importante é mencionar LOGO e PORTANTO como conjunções clássicas conclusivas. Primeiro porque PORTANTO mesmo possuindo variabilidade posicional na frase, mas por servir de conectivo pode funcionar como conjunção como fora mencionado, e, segundo, porque o LOGO, muitas vezes não indicado como conjunção por outros pesquisadores, resguarda justamente os pré-requisitos exigidos quando se fala se um vocábulo deve ou não ser classificado como conjunção. Quem lembra bem isso é Pezatti (2001) em uma edição da revista DELTA, naquele momento tentando defender a tese que o vocábulo ENTÃO também já se gramaticalizou como conjunção conclusiva no Português Brasileiro:

O fato de *logo* ser considerada a conjunção conclusiva por excelência, levou-nos a estabelecer, como um dos fatores, a possibilidade de o conector *então* se alternar, na mesma posição, com esse juntor prototípico, mantendo-se a identidade semântico-discursiva da relação entre as orações. A prototipicidade de *logo* se explica em função de cinco parâmetros fundamentais que, juntos,

demonstram estar completo o processo de gramaticalização de *logo*, havendo, portanto, no português, um caso de polissemia na expressão adverbial e na conjuncional:

i) Não apresenta mobilidade no interior da sentença que inicia:

- (1) a. O narciso é uma flor, logo pertence ao reino vegetal.
- b. *O narciso é uma flor, pertence, logo, ao reino vegetal.

ii) Não pode ser precedido de outra conjunção, como a aditiva:

- (1) c. *O narciso é uma flor, e logo pertence ao reino vegetal.

iii) Pode coordenar termos, como as demais conjunções coordenativas (e, ou e mas):

- (1) d. Você está sentindo a sua emoção, daí ser mais fidedigno, logo mais verdadeiro.

iv) Não aceita focalizadores

- (1) e. *O narciso é uma flor é logo que pertence ao reino vegetal.

Por uma perspectiva funcional, que visa a um estudo da língua por um prisma mais flexível e evolutivo, sobretudo considerando os aspectos semânticos - caráter primordial para a existência de uma língua - deve-se observar tal fenômeno de uma maneira mais detalhada, ainda mais por

conta dos processos de *gramaticalização* - aspecto tão usual por que passaram as conjunções em Língua Portuguesa. Isso, então, demonstra que necessita de um estudo muito mais ampliado que reveja certos conceitos que balizem melhor o papel desses e de outros conectivos.

11

CONCLUSÃO

Um estudo de conjunções calcado em uma abordagem funcional é importante, ainda mais considerando não só os aspectos semânticos na abordagem do discurso, mas também considerando aspectos morfológicos e sintáticos. Esse tipo de análise viabiliza uma abordagem mais significativa no que concerne às avaliações dos elementos integrantes do idioma e amplia de certa forma o olhar que sobre ele deve pousar.

Isso promove avaliações mais problematizadoras, relevantes para se tomarem certas decisões no processo classificatório e no uso dos conectivos, de modo a expressar o que se deseja e certamente poder compreender com maior amplitude os discursos.

Quando se pensa em conectivos, mais especificamente em conjunções, deve-se reconhecer que tais elementos gramaticais promovem não somente a coesão textual, como também a veiculação de sentido. Com uma abordagem funcional, a valorização semântica faz-se presente e, sem deixar de descrever as aplicabilidades sintáticas, este trabalho procurou mostrar que sempre se

deve levar em consideração a flexibilidade da língua na constituição dos mais variados discursos e fazer perceber que esses discursos são justamente resultantes das pressões pragmático-discursivas. Portanto, não se pode avaliar uma língua e seus componentes desconsiderando as possíveis variabilidades de sentido na constituição dos enunciados.

As conjunções devem ser vistas como elos funcionais em um discurso. Os enunciados podem, por vezes, ser construídos sem elas, mas a sua presença adequada veicula sentido com mais clareza, pois elas são parte integrante, inclusive, de estratégias feitas pelo enunciador para a elaboração do sentido que se pretende.

Segundo a hipótese deste trabalho, pretendia-se reconhecer como as conjunções funcionam no discurso e como são importantes para a sua elaboração. Reconheceu-se aqui que, sem elas, a clareza pode ficar prejudicada e que sintaticamente esses encadeadores desempenham papel importante. As conjunções possibilitam que se veicule sentido com nuances importantes para a compreensão dos enunciados discursivos e, como encadeadores que são, concedem às relações sintáticas mais fluência e organização.

O principal objetivo desta dissertação era reconhecer os valores semânticos variáveis das

conjunções e das locuções conjuntivas, provando que elas assumem posturas distintas nos discursos e correspondem semanticamente aos efeitos pragmáticos na veiculação dos significados. Não se pode dizer que os discursos não existiriam sem elas. Entretanto, sua presença dimensiona os valores pretendidos nesses discursos. Por isso, seria interessante que as gramáticas tradicionais do português abordassem mais amplamente esses elementos gramaticais tão necessários e de usos tão flexíveis. Essa flexibilidade é fator de extrema importância e isso se comprovou nas análises feitas ao longo deste trabalho, justificando a necessidade de se observar melhor a funcionalidade de tais conectivos.

Além disso, comprova-se também que a *gramaticalização* é fenômeno lingüístico que deve ser levado em conta quando se analisam as conjunções de uma maneira mais abrangente, visto que muitos elementos lexicais que já desempenharam outros papéis como, por exemplo, diversos advérbios, hoje funcionam como conjunções, provando que se gramaticalizaram e exercem a função textual como conectores. São, enfim, ferramentas importantes que veiculam sentido e espera-se que tenha sido possível fomentar pensamentos para posteriores discussões sobre o assunto em pauta, contribuindo para as pesquisas feitas na língua portuguesa.

12

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, M. Said. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Melhoramentos -Brasília: UNB, 2001.

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de Gramática do Português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____ *Iniciação à Sintaxe do Português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das Conjunções na História do Português*. 1999. 508 f. Dissertação (Doutorado em Letras) - Universidade da Bahia, 1999.

BARROS, Clara; FONSECA, Joaquim (org.). *A Organização e o Funcionamento dos Discursos - Estudos sobre o Português - TOMO I*. Porto: Porto editora, 1988

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001

BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos Estudos Lingüísticos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

BRANDÃO, Cláudio. *Sintaxe Clássica Portuguesa*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.

CÂMARA JR, J. Mattoso. *Dicionário de Lingüística e gramática*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977

CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e Coordenação: confrontos e contrastes*. São Paulo: Ática, 2002.

CASTILHO, Ataliba T. *A Língua Falada no Ensino de Português*. São Paulo: 2000, Editora Contexto.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCK, Ingedore Villaça. *Linguística Textual*. São Paulo: Editora Cortez, 6ª edição, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio - século XXI - dicionário eletrônico - versão 3.0*. Nova Fronteira, 1999.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica.; SOUZA, Maria Medianeira de. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: LUCERNA, 2007

GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*. 2001. Rio de Janeiro: Editora FGV

GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

HALLIDAY, Michael A. K. *As Bases Funcionais da Linguagem*. In: DASCAL, Marcelo (org). “*Concepções Gerais da Linguagem*”. Global Universitária. 1978. P.125-161

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Sintaxe Portuguesa para a Linguagem Culta Contemporânea*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005.

_____(org.) *Cadernos de língua portuguesa 4 - Especial - 40 anos de Nomenclatura Gramatical Brasileira - ano III*. Vol. - nº 4 - 1999

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico - versão 1.0*. Editora Objetiva. 2001.

ILARI, Rodolfo. *Introdução à Semântica - brincando com a gramática*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

KOCH, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____, *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 2002.

KURY, Adriano da Gama. *Novas Lições de Análise Sintática*. São Paulo: Ática, 1991.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.); OLIVEIRA, Mariangela Rios de; FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

MATHEUS, Maria Helena Mira et alii. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª edição (revisada e aumentada) Lisboa: Caminho, 2003.

OITICICA, José. *Teoria da correlação*. Rio, Simões, 1952.

OLIVEIRA, Aileda de Mattos. *Gramática Textual: um ponto de vista*. In: Livro da VIII - SENEFIL - revista Philologus, ano 10, n.º 30 - suplemento. Rio de Janeiro: CEFEFIL. 2005

PERINI, Mário. *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 1995.

PEZATTI, Erotilde Goreti. “O ADVÉRBIO ENTÃO JÁ SE GRAMATICALIZOU COMO CONJUNÇÃO?”
DELTA vol.17 no.1 São Paulo: 2001

NEVES, Maria Helena de Moura. *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997

_____ *Gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

VALENTE, André (org.). *Língua, Linguística e Literatura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

VOTRE, Sebastião Josué; CEZÁRIO, Maria Moura; MARTELOTTA, Mário. *Gramaticalização*
Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 2004.